



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM, CULTURA E IDENTIDADE**

TEREZINHA DE ASSIS OLIVEIRA

LINGUAGEM E MEMÓRIA EM FAHRENHEI 451 E 1984

CATALÃO (GO)

2014

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

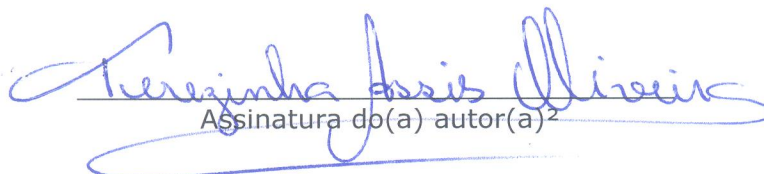
2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Terezinha de Assis Oliveira

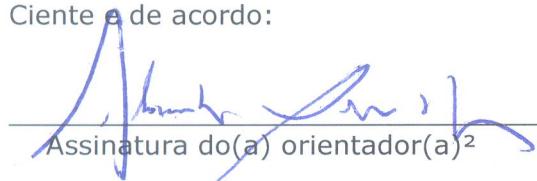
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 07 / 06 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

TEREZINHA DE ASSIS OLIVEIRA

LINGUAGEM E MEMÓRIA EM FAHRENHEIT 451 E 1984

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - nível de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial de créditos para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Língua, Linguagens e Cultura
Orientador: Prof. Dr. Alexander Meireles da Silva

CATALÃO (GO)

2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Oliveira, Terezinha de Assis Oliveira
Linguagem e Memória em Fahrenheit 451 e 1984 [manuscrito] /
Terezinha de Assis Oliveira Oliveira. - 2014.
87 f.

Orientador: Prof. Dr. Dr. Alexander Meireles da Silva Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Regional
Catalão, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Catalão,
2014.
Bibliografia.

1. Distopia. 2. Memória. 3. Linguagem. 4. George Orwell. 5. Ray
Bradbury. I. Silva, Dr. Alexander Meireles da Silva, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*



Ata de Defesa Pública de Dissertação

Defesa: nº 21

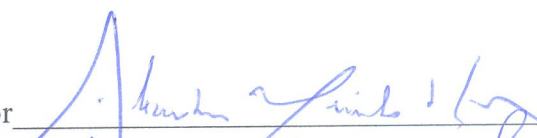


Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze realizou-se, no Laboratório de Multimeios, sala 04, Bloco E, a sessão de Defesa Pública da Dissertação, intitulada “Linguagem e memória em *Fahrenheit 451 e 1984*”, de autoria da mestranda Terezinha de Assis Oliveira. Na ocasião, compareceu a Banca Examinadora, designada pela Coordenadoria do Mestrado em Estudos da Linguagem, e composta pelos (as) docentes: Prof. Dr. Alexander Meireles da Silva [orientador], professor da Universidade Federal de Goiás - UFG/Campus Catalão; Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG/Campus Catalão; Profa. Dra. Maria Cristina Martins, professora da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. A sessão teve início às dez horas, sendo presidida pelo Professor Orientador, que abriu os trabalhos junto à Banca Examinadora. Em seguida, o Presidente da sessão passou a palavra à discente que teve vinte minutos para apresentar o trabalho. Após a apresentação, passou-se a palavra aos componentes da banca que tiveram cada um, trinta minutos para expor suas questões e observações sobre a dissertação apresentada, tendo a mestranda igual tempo para responder. Após o término da arguição, o Presidente da sessão solicitou que a candidata e o público presente se retirassem do recinto para que a Banca Examinadora pudesse avaliar o trabalho. Após a conclusão dos trabalhos, os arguidores atribuíram o seguinte resultado: aprovada. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos (as) Senhores (as) membros da Banca Examinadora. Campus Catalão, UFG, aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexander Meireles da Silva – Orientador

Prof. Dr. Antônio Fernandes Júnior – (UFG/CAC)

Profa. Dra. Maria Cristina Martins – (UFU)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Genezita,
pelo incentivo e apoio incondicional
em todos os momentos da minha vida.
Ao Felipe e João Neto, meus filhos queridos.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Prof^o. Dr. Alexander Meireles da Silva,
por ter ido muito além do papel de orientador.
Muito Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof^o Dr. Alexander Meireles da Silva, meu orientador e amigo, por me apresentar ao mundo maravilhoso da literatura e da ficção científica e suas orientações neste caminhar; por compartilhar de maneira fraterna obras de seu acervo pessoal e transmitir seus conhecimentos de maneira única.

À minha família, de maneira particular Felipe e João Neto, por compreender minhas ausências, suportando os momentos de distanciamento que se fizeram necessários para a realização das atividades exigidas no mestrado. Aos meus pais João e Genezita, que sempre me incentivaram e meus irmãos Netinho e Fábio.

À minha irmã Sarah, por toda compreensão, carinho e amizade.

Aos professores Dr. Antônio Fernandes Júnior, Dr. Braz José Coelho, Dr^a. Maria Imaculada Cavalcante por suas valorosas contribuições ao longo das disciplinas que ministraram.

De maneira especial agradeço aos professores Dr. Antônio Fernandes Júnior e Dr^a Maria Cristina Martins por participarem da minha banca de qualificação, apresentando sugestões que em muito enriqueceram esta pesquisa.

A todos os colegas do mestrado, especialmente Sarah, Flávia, Fabiana, Veridiana, Jaciara, Fábio Tibúrcio, José Humberto, Ana Marta, Rose, Ana Paula, Juliana pela amizade e convivência nas disciplinas que cursamos juntos.

Às secretárias do Mestrado, Wannisy e Raquel, pela atenção e carinho que sempre me dispensaram.

À Ivonir e Nadir, por todo amor aos meus filhos e, especialmente, pelos cuidados dispensados ao João Neto.

Àqueles que sempre me apoiaram, agradeço de coração.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a Deus, pois sem sua proteção e imenso amor de Pai, nada teria sido conquistado.

“Livros não mudam o mundo,
quem muda o mundo são as pessoas.
Os livros só mudam as pessoas.”

Mário Quintana

RESUMO

Esta pesquisa destina-se a uma análise das obras literárias distópicas 1984 de George Orwell e Fahrenheit 451 de Ray Bradbury, observando como os autores apresentaram suas reflexões sobre os caminhos das sociedades e como enxergavam o homem inserido neste contexto. Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a manipulação da memória e da linguagem reflete os contrastes entre a distopia inglesa e norte-americana nas obras supracitadas e como os autores formularam suas críticas às sociedades das quais participavam. As discussões apresentadas possuem como suporte teórico os estudos de Jacques Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (2006) e Paul Ricoeur (2008), os quais permitiram evidenciar aspectos de memória e linguagem que são comuns às duas obras, mas que foram abordados diferentemente por seus autores. Isto se justifica pelo fato de que eles pertenciam à sociedades distintas e o contexto histórico-ideológico pós-guerras mundiais na Inglaterra e Estados Unidos foi fator determinante para a emergência da literatura distópica e da sociedade tecnológica, ainda que de maneira diferente em cada país. Este estudo apresenta ainda um panorama acerca da ficção científica, destacando momentos representativos desta vertente literária na qual se inserem os romances que compõem o *corpus* deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: distopia, memória, linguagem, George Orwell, Ray Bradbury

ABSTRACT

This research aims to analyze the literary dystopians 1984, written by George Orwell and Fahrenheit 451 written by Ray Bradbury observing how these authors presented their reflections about their societies and how the human being was inserted in this context. In this perspective, the goal of this work is to demonstrate how the manipulation of memory and language reflects the contrasts between English and American dystopia in the works mentioned above and how the authors presented their critics to their societies. The discussions have presented theoretical support on the studies of Jacques Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (2006) and Paul Ricoeur (2008), which have highlighted aspects of memory and language that are common to both works, but were approached differently by their authors. This is justified by the fact that they belonged to different societies and the historical ideological context of post world wars in England and the United States was a determining factor to the emersion of dystopian literature and technological society even if differently in each country. This study also presents an overview on the science fiction, emphasizing the most representative moments of this literary strand in which the novels that make up the *corpus* of this work are inserted.

KEYWORDS: dystopia, memory, language, George Orwell, Ray Bradbury

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DA FICÇÃO CIENTÍFICA	19
1.1 A difícil conceituação.....	19
1.2 A proficção científica.....	21
1.3 O romance científico inglês de H. G. Wells.....	25
1.4 A ficção científica norte-americana de Hugo Gernsback.....	28
2. DA UTOPIA À DISTOPIA	30
2.1 O pensamento utópico na cultura ocidental.....	30
2.2 O nascimento da distopia moderna.....	34
2.3 A literatura de distopia na Inglaterra e nos Estados Unidos.....	36
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E MEMÓRIA	40
4. 1984 E O DISCURSO DISTÓPICO	50
4.1 George Orwell e sua obra.....	50
4.2 O enredo.....	52
4.3 A linguagem como instrumento opressor.....	56
5. FAHRENHEIT 451 EO CONTRA-DISCURSO UTÓPICO	72
5.1 Ray Bradbury e sua obra.....	72
5.2 O enredo.....	74
5.3 A linguagem como instrumento libertador.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

INTRODUÇÃO

A escolha pelo presente tema de pesquisa se justifica pelo interesse em pesquisar como a Literatura promove a reflexão sobre os rumos da sociedade e o espaço reservado ao indivíduo neste jogo. Este interesse ficou mais latente após a leitura de **1984** e de **Fahrenheit 451**, nos quais percebemos inúmeras circunstâncias que permeiam a sociedade do século vinte e vinte e um e que foram antevistas pelos autores nas sociedades do período pós-Segunda Grande Guerra, tais como a questão da memória e do consumo e a manipulação da linguagem a serviço de regimes governamentais.

Dessa forma, é de nosso interesse pesquisar como aspectos da memória e da linguagem, presentes nas obras citadas demonstram os contrastes entre a distopia inglesa e norte-americana e a inovação promovida pela última no que se refere à constituição de um discurso dentro do enredo distópico. Essa será a problemática central da nossa pesquisa. Esperamos, ao final do trabalho, poder responder às seguintes indagações: “De que maneira os autores apresentam críticas às sociedades das quais eles participavam na década de cinquenta do século vinte?” e “Como os aspectos de memória são abordados nestes romances distópicos?” ou ainda “Como a linguagem se apresenta enquanto elemento constituinte de subversão?”

A realização dessa pesquisa se faz pertinente pelo fato de propormo-nos a esclarecer a problemática que se apresenta em um romance distópico. Desse modo, acreditamos estar apresentando uma proposta de trabalho com um campo profícuo de pesquisa, pois não temos conhecimento de que estas obras tenham sido analisadas sob esta ótica, ou ainda, muito pouco tem se estudado sobre o romance distópico no Brasil.

Assim como ocorre em outras artes, a literatura é um veículo através do qual o artista exterioriza suas emoções, incluindo neste sentido suas preocupações em relação ao meio em que vive. Em uma sociedade que desde os fins do século dezenove vem se apresentando cada vez mais voltada para o consumismo e para o imediatismo e na qual o aparato tecnológico faz-se cada vez mais presente no cotidiano das pessoas alterando o relacionamento humano, alguns escritores já não conseguem visualizar um espaço para utopias, propiciando o surgimento da literatura de distopia. O termo distopia será usado neste texto em preferência a outros nomes tais como antiutopia, utopia devolucionária, contra-utopia e utopia negativa para designar qualquer projeção de uma sociedade localizada em tempo e espaço específicos que o leitor pode perceber como pior que a sociedade na qual ele vive (MOYLAN, 2000, p. 74).

Se a distopia nasceu da utopia, segundo afirma Berriel (2005) então ambas as expressões estão particularmente ligadas. Podemos afirmar que há em cada utopia um elemento distópico, expresso ou não, e o contrário também se aplica. A distopia, que revela o medo da opressão por aqueles que detêm o poder, pode ser entendida, em uma utopia, como o mero exercício de governo de um segmento da população considerado mais capaz. Nesta narrativa, a realidade não é apenas assumida como ela de fato o é, mas as suas práticas e tendências negativas são em muito ampliadas o que favorece a construção de um mundo grotesco, como citado anteriormente e, na maioria dos aspectos, triste. Mas a principal característica destes gêneros literários não é apresentar um futuro negro e temível, mas como pontuou Ray Bradbury: “Não escrevo para prever as coisas, mas para evitá-las” (SILVA, 2006, p. 319), pois “o óbvio é o mais difícil de ser percebido” (DUARTE JÚNIOR, 1994, p. 8).

Como seria o mundo se a população não pudesse ter acesso a livros? Se fosse proibido sequer ler ou guardar qualquer exemplar em suas casas? E se a liberdade de expressão fosse algo impensável, ou mesmo abominável, por uma sociedade cujo objetivo maior fosse assistir a programas televisivos com os quais poderiam interagir e cujo grau de importância em suas vidas fosse algo sem precedentes? E se a tarefa dos bombeiros não fosse apagar incêndios e salvaguardar vidas humanas, mas, ao contrário, desempenhassem outro papel nesta sociedade: ser os responsáveis por queimar todo e qualquer livro que encontrassem, o único objeto proibido? Ou ainda que com a finalidade de preservar as grandes obras, os clássicos da literatura mundial para as gerações futuras, algumas pessoas vivessem em comunidades isoladas e decorassem livros e os repetissem ininterruptamente, sendo conhecidas como “pessoas-livros”?

As suposições descritas anteriormente são parte do enredo de **Fahrenheit 451**, escrito pelo norte-americano Ray Bradbury em 1953. Neste livro o autor faz uma crítica ao que ele considera uma ameaça à reflexão e ao pensamento: uma indústria voltada para a produção cultural em massa. Neste cenário, a princípio estranho e completamente improvável, apresentam-se inúmeros aspectos da sociedade contemporânea e, como pontua Silva,

ainda que esse século esteja em seus momentos iniciais, é importante que estejamos conscientes e alertas para que os mesmos acontecimentos que levaram à ascensão do nazismo e seus desdobramentos no século passado não aconteçam novamente com o aval de nossa alienação (SILVA, 2006 p. 319).

Os acontecimentos que marcaram regimes opressores do século vinte foram descritos em algumas distopias literárias que retrataram “o uso totalitário do controle disciplinar da esfera social através de violentas medidas ostensivas, assim como também através de práticas sutis de manipulação de informações” (BITTENCOURT, 2010, p. 5). Muito provavelmente uma das obras literárias mais pessimistas é o romance **1984** (1949), de George Orwell. A manipulação da linguagem, atitudes opressoras e alienadoras da população a favor do poder dominante e a alteração constante da história são características deste livro. Nele não há espaço para a arte, religião, filosofia e nem mesmo para pequenos prazeres como um café com açúcar ou uma barra de chocolate. O ódio é a mola propulsora no qual se fundamenta e se orienta a sociedade comandada pelo Ingsoc, o super partido orientado pelos temas “Guerra é Paz”, “Liberdade é Escravidão”, “Ignorância é Força” e comandado por um líder onipresente, onipotente e onisciente. É o *Big Brother*, ou o Grande Irmão. Aquele que tudo vê, tudo sabe e que não pode ser jamais contrariado. O lema do partido demonstra como é o *modus operandi* dos dirigentes em relação à população da Oceania, um dos três superestados que fazem parte do mundo retratado em **1984**. Os outros blocos são a Lestásia e Eurásia e em uma ou outra situação essas três potências estão em guerra permanente. O objetivo, entretanto, não é vencer o inimigo ou lutar por uma causa, mas manter o poder do grupo dominante. Seja isto a qualquer custo e é assim que eles fazem acontecer.

Estas distopias literárias são obras que têm o seu foco em um futuro hipotético no qual o controle exercido sobre os indivíduos é total e irrestrito e tenta, inclusive, alcançar a memória dos sujeitos, como forma de controlar seu passado e também seu futuro. Nessa perspectiva, os romances destacam-se por apresentarem várias críticas sociais, identificadas pelos autores como uma ameaça ao pensamento e à liberdade de expressão tocando em questões que ainda estão no centro da agenda da contemporaneidade como o espaço e configuração da memória e da identidade.

Diante da opressão dos regimes totalitários que se apresentam nas obras que compõem o objeto de estudo deste trabalho, os personagens tentam se refugiar e buscar a verdade em suas memórias. A volta ao passado é uma tentativa de se encontrar a sanidade por meio de acontecimentos supostamente inalteráveis, posto que já foram acontecidos. Os personagens distópicos vivem um dilema pelo confronto da memória com a história e conseguem manter-se entre as vagas lembranças do passado e o que lhes é oferecido no presente. Tentar desvendar as circunstâncias históricas é um desafio aos protagonistas, pois sempre falta algo,

visto que os mecanismos de alteração contínua do passado dificultam sobremaneira esta tarefa.

Esta busca por algo supostamente perdido ou roubado, pela memória e história alterada já é visto como uma atitude de transgressão ou mesmo de violação ao regime político e abre a discussão sobre o papel da linguagem e da memória como subversores nos romances distópicos. A função da memória é dotar a vida dos personagens de sentido e oferecer-lhes explicações para as menores dúvidas e inquietações, ainda que entrem em confronto direto com os regimes que os oprimem. Mesmo que estas atitudes sejam arriscadas, elas são o caminho certo, senão o único, para que algo possa ser feito e para que não se concretize a previsão de que se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota prensando um rosto humano para sempre.

Diante do exposto temos como meta demonstrar como a análise de aspectos da memória e linguagem presentes nas obras **Fahrenheit 451**, de Ray Bradbury e **1984**, de George Orwell evidencia não apenas a inovação norte-americana das convenções literárias desta vertente romanesca em relação à tradição europeia, em especial inglesa, mas também a antecipação de estratégias pós-modernas que só seriam disseminadas nesta expressão artística a partir de meados da década de oitenta do século vinte. Além disso, mais especificamente, pretendemos analisar a relação entre linguagem e memória como elemento constituinte da subversão na literatura de distopia; bem como, verificar de que maneira a ficção distópica é influenciada pelo contexto histórico-ideológico pós-guerras mundiais na Inglaterra e Estados Unidos e, ainda, investigar a manifestação literária do pensamento utópico e distópico na cultura ocidental.

Sabe-se que grande parte da literatura distópica está inserida no gênero da ficção científica, isto implica que não é possível discorrer sobre esta temática sem que se leve em consideração este gênero literário. De acordo com Nogueira (1983), podemos afirmar que a ficção científica não é apenas uma vertente romanesca que aborda aspectos relacionados às possibilidades tecnológicas e científicas do futuro, mas sim uma expressão artística que objetiva problematizar o impacto do pensamento racionalista, da ciência e seus produtos sobre o ser humano.

Neste sentido, o romance distópico se constitui como um alerta, pois o autor tem como referência para sua narrativa a observação de fatos e acontecimentos de sua época. Assim sendo, o objetivo da narrativa distópica não seria somente prever um futuro desastroso, mas

também, e mais importante ainda, proteger e alertar a humanidade para que não siga um caminho de proporções catastróficas. Com base nesta premissa, podemos afirmar que

enquanto as *utopias* propõem uma idealização para o bem, o gênero antiutópico vem posicionar-se enquanto uma antítese do discurso utópico, algo como uma utopia negativa. As distopias mergulham na catarse das possibilidades de tragicidade e de fatalidade do ser humano, como crítica que quer expor através do grotesco, os perigos da realização, ou de uma sociedade orientada para a tentativa de uma materialização de certos ideais *utópicos*. Em geral contestam a utopia presente nos discursos políticos das sociedades totalitárias e autoritárias, criticando seus fundamentos e ideais de perfeição. Também critica certos valores das sociedades capitalistas, quais sejam: o discurso progressista da produção e do consumo bem como o deslumbramento ingênuo e alienante frente aos avanços tecnológicos sob o baluarte da “evolução” e da “melhora na qualidade de vida”. (SILVA NETO; SILVA, 2010, p. 3).

Uma situação presente em quase todas as obras desta literatura é a espécie humana fadada à completa ruína, seja de uma maneira reversível ou não. Mas o enfoque dado a este fato, as verdades científicas envolvidas na trama são muito distintas já que dependem da maneira pela qual o escritor observa os fatos e as situações que, no ponto de vista dele, seriam ameaças à humanidade.

Para os autores por nós escolhidos para tema da pesquisa, Ray Bradbury e George Orwell, a massificação da informação apresentada em **Fahrenheit 451** e a manipulação do conhecimento em **1984** é uma ameaça em potencial à sociedade e, por conseguinte, representam o apagamento do indivíduo, da sua história, da construção de sua identidade. Então como se comportar neste cenário? O que fazer para que o futuro não seja uma calamidade? A inquietação e contestação que surgem no decorrer dos romances revelam a face da descoberta, da possibilidade de ação e possível contribuição para o futuro. Mas toda contestação implica em reflexão, crítica e pensamento. Significa que o ser pensante constrói sentidos para si e para seu mundo. Para Bauman,

as “identidades” flutuam no ar, algumas da nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar esta condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos. (BAUMAN, 2005, p. 19).

Sendo assim, a busca pela identidade e todas as implicações decorrentes deste processo, não será nunca tarefa inglória, não muito menos fácil, mas necessária e seguramente o caminho pelo qual o ser humano se encontrará.

Segundo Figueiredo (2009) observa-se que as distopias literárias apresentam duas formas diferentes de memória. Uma poderia ser chamada de oficial, que é aquela que “parte do discurso do poder vigente e de onde advém este mesmo poder, por meio do controle da história, da verdade e do saber” (FIGUEIREDO, 2009, p. 2). A outra, a não oficial por assim dizer, mas que seria a verdadeira, única, íntima e que por isso mesmo age como uma força contrária e foco de resistência. Face à opressão externa que controla a tudo e todos imparcialmente, o que é possível, como válvula de escape para manter o mínimo de sanidade, e que resta ao indivíduo são as suas lembranças, vivências e experiências de vida. A memória age nestes personagens como uma força de combate e é o que os leva “ao extremo oposto da distopia” (FIGUEIREDO, 2009, p. 2), à utopia de um tempo no qual as coisas eram boas, as lembranças, ainda que poucas, são agradáveis e, imaginárias ou não, é o lugar ao qual buscam constantemente voltar. A memória e a imaginação são os únicos lugares, dentro da realidade distópica, para os quais é possível fugir, sendo que a memória nesta situação, na medida em que leva a um tempo ou acontecimentos que provavelmente já existiram, aponta para uma possibilidade de que algo pode ser diferente no futuro, posto que já o foi no passado. Então este agir diferente, este recordar, além do fato de ser um elemento subversor e contrário ao sistema, é também a possibilidade de ter esperança e de perceber que o que está posto pelo regime não pode ser considerado como verdade absoluta, e tampouco como eterno, já que as lembranças são a herança de algo, ou de um tempo, que existiu anteriormente.

Enfim, são bastante distintas as perspectivas que norteiam os autores de utopias e distopias. Entretanto, eles mantêm traços em comum de forma que estas obras são regidas pelas mesmas leis. Ao pontuarmos considerações a respeito de cada uma percebemos que, como Berriel (2005) coloca:

-A utopia apresenta-se com um intervalo entre a história real e o que está reservado para as projeções utópicas; a descoberta de um mundo novo, até então desconhecido, tornou-se clássico nesta vertente.

-A distopia, por sua vez, apresenta-se em continuidade com o processo histórico, ampliando o que se apresenta negativo no presente que, caso não sejam corrigido, pode conduzir as sociedades às situações de caos. Sem liberdade de pensamento e diante da

ausência de história, não há o que fazer nem o que argumentar em se tratando de mudança social.

As distopias sempre possuem alguma relação com o nosso mundo e seus problemas. De fato, esta visão de perceptíveis deficiências do presente é projetada em um futuro imaginário ou em uma linha alternativa da história, tendo sido causada como consequência da ação ou falta de ação humana, de um mau comportamento ou da ignorância. A grande questão é o que constitui a face oculta, o não-dito utópico e que perpassa toda a história, todos os acontecimentos e é uma ameaça do coletivismo sobre as liberdades individuais, sociais e políticas. Sob a perspectiva mencionada, nortearmos a pesquisa, analisando e expondo as assertivas que poderão contribuir para as discussões por nós elencadas.

Em relação à parte formal da dissertação propomos uma pesquisa de análise comparativista, com o intuito de desenvolver as propostas do nosso referido *corpus*. Desta feita, na investigação dos fatores que levaram à criação das sociedades distópicas de **Fahrenheit 451** e **1984** optamos por realizar, após a Introdução, um segundo capítulo no qual buscamos uma definição do termo ficção científica e investigamos precursores desta vertente como H. G. Wells, na representação do romance científico inglês e Hugo Gernsback na ficção científica norte-americana. O capítulo 3 versa sobre aspectos pertinentes à compreensão dos gêneros utopia e distopia propriamente ditos. Para isso foram escolhidos três momentos distintos, considerados de capital importância: o pensamento utópico na cultura ocidental, considerando desde Platão até o século XVIII; as contradições das utopias de Wells marcando o ponto de virada e o nascimento da distopia moderna no qual se destaca a influência do escritor russo Yevgeny Zamyatin e o panorama da literatura distópica finissecular nos Estados Unidos e Inglaterra, pois se considerou importante realizar o enquadramento histórico e cultural da época na qual se inserem as narrativas por nós escolhidas. O capítulo 4 tem como premissa tecer considerações sobre aspectos de linguagem e memória e como os dois se relacionam. Finalmente, os capítulos 5 e 6 discutem respectivamente o discurso distópico presente no romance **1984** e o discurso contra-utópico encontrado em **Fahrenheit 451**, com foco na utilização da linguagem e da memória por Orwell e Bradbury. Nas Considerações Finais retomamos as hipóteses e as perguntas de pesquisa inicialmente apresentadas e concluímos a dissertação apontando reflexões e possíveis encaminhamentos com o sentido por nós construído acerca desta temática.

2 DA FICÇÃO CIENTÍFICA

Science fiction is the most important literature in the history of the world, because it's the history of ideas, the history of our civilization birthing itself. ...Science fiction is central to everything we've ever done, and people who make fun of science fiction writers don't know what they're talking about¹.

RAY BRADBURY

2.1 A difícil conceituação

A conceituação da expressão romanesca chamada de Ficção Científica² revela-se muito além da ideia comumente conhecida desta literatura. É atribuído ao editor tcheco naturalizado norte-americano Hugo Gernsback, no editorial do primeiro exemplar da série **Science Wonder Stories**, em 1929, o registro pioneiro das palavras “Science Fiction” (CAUSO, 2003, p. 51). Mas, desde o século dezoito, vislumbra-se a existência de uma expressão artística que em muito se assemelhava à literatura posteriormente batizada. Neste percurso surgiram algumas concepções equivocadas que não refletem, de fato, a proposta da FC. Algumas conceituações concebidas erroneamente a este respeito remetem-se às histórias cujas ilustrações estampavam monstros alienígenas, naves espaciais, super-heróis e toda gama de personagens e situações que povoam o imaginário no que se refere à construção desta narrativa e que, como veremos a seguir, acabaram por estabelecer junto à crítica uma visão negativa desta literatura. Não é apropriado afirmar que estes exemplos não sejam constituintes ficcionais. Em muitas situações, na sua grande maioria, o são. Mas as características deste tipo de obra vão muito além destes elementos mencionados anteriormente.

É deveras interessante destacar que “o interesse fundamental da ficção científica encontra-se na relação entre o homem e sua tecnologia e entre o homem e o universo” (CUNHA, 1974, p.207). Desta feita, fica evidente que a questão é muito mais abrangente do que, como foi citado anteriormente, a mera utilização de imagens chave como definidora de

¹ A ficção científica é a literatura mais importante na história do mundo, porque é a história das idéias, a história do próprio nascimento da nossa civilização. ... A ficção científica é fundamental para tudo que já fizemos, e as pessoas que zombam de escritores de ficção científica não sabem o que estão falando.

²Será usada a abreviação FC sempre que houver referência à expressão Ficção Científica.

um gênero. A pesquisa da FC demanda uma análise do próprio conceito de “ficção” e “ciência” presentes no termo.

Nesta tentativa de elucidação da expressão em questão, a busca por uma definição que abarque todas as questões citadas anteriormente é igualmente criteriosa. Neste sentido, as considerações elencadas pelo pesquisador L. David Allen no livro **No mundo da ficção científica** (1974) mostram-se pertinentes pois, como ele pontua,

para começar, a seguinte definição poderia ser útil: a ficção científica é um subgênero literário que se pressupõe uma mudança (para seres humanos) a partir de circunstâncias como as conhecemos e conduz as implicações destas mudanças a uma conclusão (ALLEN, 1974, p. 208).

Esta proposição apresenta pontos importantes para a discussão do espaço da FC dentro do universo literário, visto que a menção ao termo “subgênero” não apenas evidencia a ligação desta expressão artística com a tradição romanesca, mas inevitavelmente também traz à mente as recorrentes críticas a ela como um gênero menor, paraliterário, representadas, por exemplo, na visão da FC como uma literatura voltada primordialmente para o entretenimento do público infante-juvenil, como afirma José Paulo Paes em **Por uma literatura brasileira de entretenimento** (1990, p. 37-38). Posição análoga pode ser encontrada em Muniz Sodré em **Teoria da literatura de massa** (1978, p. 119-120), onde o crítico define a FC como um instrumento do discurso ideológico de caráter didático.

O ponto principal que motiva os comentários de Paes e Sodré se refere a uma visão limitada da Ficção Científica como uma “literatura de mudança e uma literatura de futuro (...)” (ALLEN, 1974, p. 207). No entanto, ela não se limita apenas a tratar de situações nas quais estejam presentes projeções futuristas e planetas inabitados, seres extraterrestres e mutações genéticas. Seu interesse também evoluiu e discussões antes sequer imaginadas, atualmente são tratadas com a seriedade e relevância que lhe são devidas, a partir de temas da Psicologia, da Linguística e da Sociologia, entre outras áreas. Ainda assim, a FC resiste a definições simplistas, como bem coloca Adam Roberts na primeira linha de seu livro **Science Fiction** (2006) ao destacar que “the term ‘science fiction’ resists easy definition. This is a strange thing, because most people have a sense of what science fiction is” (ROBERTS, 2006, p.1)³. Com base nesta assertiva fica evidente que este campo de estudo há muito suscita controvérsias já que, de acordo com este mesmo crítico,

³ O termo ‘ficção científica’ resiste a uma definição fácil e isto é uma coisa estranha porque a maioria das pessoas tem uma noção do que é a ficção científica (Todas as traduções feitas neste trabalho são da autora).

(...) when it comes down to specifying in precisely what ways SF is distinctive, and in what ways it is different from other imaginative and fantastic literature, there is disagreement. All of the many definitions offered by critics have been contradicted or modified by other critics, and it is always possible to point to texts consensually called SF that fall outside the usual definitions (ROBERTS, 2006, p.1)⁴.

2.2 A protoficção científica

Para compreendermos a complexidade que cerca a conceituação da FC, faz-se necessário uma volta às suas origens, o que demanda um estudo criterioso. Muitos críticos buscam as raízes clássicas para explicar a FC como gênero literário, pois a preocupação do impacto das criações do homem sobre o mundo que o cerca sempre esteve presente na história da humanidade. Pode-se afirmar que foi esta curiosidade a força motriz para muitas descobertas científicas, médicas e tecnológicas que hoje estão presentes no cotidiano das pessoas. O novo, o desconhecido, o que está para acontecer, a necessidade de antecipação de acontecimentos, a curiosidade inerente ao ser humano foi o que o motivou as descobertas, a busca para prover respostas para os questionamentos que muitas vezes não podiam ser manifestados. Enfim, o pensamento científico sempre esteve presente na civilização, ainda que não fosse assim denominado ou mesmo aceito e conhecido como tal. Desta maneira é pertinente pontuar que a ficção científica é “a continuação, sobre novas bases, de uma tradição ficcional milenar, caracterizada por favorecer a imaginação e a extrapolação” (CARDOSO, 2003 p. 13).

O Renascimento que varreu a Europa nos séculos XV e XVI mudou a concepção do homem com relação ao seu papel perante o mundo. A sede intelectual das pessoas, o espírito de iniciativa e contestação, a ânsia pela descoberta, o desejo de novas viagens e de exploração do mundo e dos mistérios da Natureza dão o tom dessa época. A ciência⁵ assume um papel de observadora dos eventos ao seu redor descrevendo fatos, analisando informações e propondo

⁴ (...) quando se trata de especificar precisamente de que maneira a ficção científica é distintiva, e de que forma ela é diferente de outras literaturas imaginativas e fantásticas, há discordância. Todas as muitas definições oferecidas pelos críticos têm sido contrariadas ou modificadas por outros críticos, e é sempre possível apontar textos que consensualmente são chamados de ficção científica, mas que não se enquadram nas definições usuais.

⁵ É importante mencionar que o termo *Ciência* foi cunhado séculos após a época do Renascimento.

ideias que progressivamente passaram tanto a contrariar as crenças estabelecidas das camadas populares na Europa quanto a questionar as verdades absolutas da principal instituição do poder: a Igreja Católica. Esse começo de distanciamento entre o pensamento racionalista e o religioso - que influenciava as crenças de uma população essencialmente rural - se intensificou no século XVII. Como atesta Keith Thomas: “por volta de meados do século XVII, os novos desdobramentos intelectuais haviam ampliado enormemente a brecha que havia entre as classes cultas e os extratos inferiores da população rural” (THOMAS, 1971, p. 536). As descobertas científicas criaram terreno para a vitória da razão e da ciência sobre os domínios da Igreja. Dentre tantas invenções e descobertas do período, foram os estudos a respeito da constituição do ser humano que trouxeram o maior impacto sobre o entendimento do homem sobre si mesmo, retirando-o da esfera da religião e levando-o ao terreno da razão. William Harvey, por exemplo, publica em 1628 seu estudo sobre a circulação do sangue no corpo humano. A ascensão dos métodos experimentais, preconizados por pensadores como Francis Bacon, René Descartes, e o próprio Harvey, levou à criação de grupos que se reuniam para debater as novidades da ciência. Dessas reuniões, nasceriam o Royal Society de Londres em 1662, e o Academie Royale des Sciences de Paris em 1666, instituições divulgadoras do saber científico cujas existências permitiram que em 1673 a humanidade viesse a conhecer uma das maiores descobertas da História: o microscópio (UJVARI, 2003, p. 127). Descoberto e desenvolvido pelo lojista Holandês Antony van Leeuwenhoek, o microscópio desencadeou um avanço em várias áreas da ciência que incentivaram a pesquisa e divulgação científica no século XVII. O progresso da ciência e das informações foi tão grande no decorrer deste século que houve a necessidade de se reunir os conhecimentos filosóficos e científicos de então numa publicação única que demonstraria ao povo o poder da razão sobre a religião e que confirmaria o orgulho da burguesia: *A Enciclopédia* de Denis Diderot e Jean d’Alembert (THOMAS, 1971, p. 525-526).

Apesar dos (ou devido aos) esforços dos Iluministas do século XVIII, a hegemonia do racionalismo foi alvo das críticas por parte de obras que questionavam o caráter redentor atribuído à ciência. Dentre estas obras, uma se destaca por ser a obra especulativa ficcional que inaugura o papel da ficção científica como questionadora do papel da ciência: **As viagens de Gulliver** (1726), do irlandês Jonathan Swift. A obra de Swift aborda as principais questões filosóficas, políticas e científicas de seu tempo. Nas duas primeiras viagens de Gulliver, por exemplo, ele entra em contato com os minúsculos habitantes da ilha de Liliput e a seguir com o gigantesco povo da ilha de Broddingnag. Tanto na primeira, quanto na segunda viagem a

proporção dos povos narrados serve para indicar que Lilibut e Broddingnag são o nosso próprio mundo só que visto pelos novos instrumentos científicos da época: o microscópio e o telescópio respectivamente (AMIS, 1960, p. 24-25). Se na quarta e última viagem Gulliver consolida seu desprezo pela humanidade após se deparar com os houyhnhnms, uma raça de cavalos inteligentes e os selvagens humanos yahoos, a sua terceira viagem tem importância especial para a evolução da ficção científica, dado seu tema: Gulliver entra em contato com a ilha flutuante de Laputa, uma ilha mantida suspensa do chão por magnetismo e que é habitada por matemáticos teóricos perdidos em seus cálculos abstratos e alienados do mundo ao seu redor. Conforme o exposto por Silva, “com essa descrição, Swift caça o conhecimento que não traz benefício prático para a humanidade” (SILVA, 2003, p. 14). O acúmulo de informações, no entanto, não deixaria que a ciência se mantivesse por muito mais tempo na posição de expectadora dos eventos, distante da realidade como os cientistas de Laputa. Se como Bacon pregava “Conhecimento é poder” então estava no momento de interferir ativamente para que as leis da Natureza atuassem no sentido de aprimorar a vida das pessoas reagindo, assim, à crítica de Swift. A oportunidade veio enfim no final do século XVIII quando um surto de varíola atacou o condado de Gloucester, terra natal do cientista inglês Edward Jenner, um médico do interior que seria, posteriormente, louvado pelos reis.

Difundindo-se indiscriminada e violentamente até a sua plena erradicação, a varíola, conforme observa Tânia Maria Fernandes, “dizimou populações ao longo dos séculos, deixando marcas físicas e sociais indeléveis” (FERNANDES, 1999, p. 11). Nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, a despeito dos conhecimentos científicos da época, um terço dos habitantes de Londres apresentava cicatrizes horríveis e dois terços ficaram cegos em decorrência da doença (UJVARI, 2003, p. 130). Enquanto os debates sobre as causas da doença continuavam, Jenner visitava sua terra natal e ficou intrigado com o fato de que as mulheres que trabalhavam com a ordenha das vacas em seu condado não contraíam a varíola. Em 14 de maio de 1796 ele resolveu inocular no pequeno doente James Phipps o conteúdo das pústulas da *cowpox*, uma doença bovina que era transmitida para as mãos das ordenhadoras. Diante do sucesso alcançado ele repetiu a experiência em outras pessoas incluindo seus filhos. Apesar dos resultados positivos, seu trabalho foi rejeitado pela Royal Society devido ao baixo número de casos relatados. Essa rejeição levou Jenner a publicar em 1798 um livro sobre a inoculação do *cowpox* para a proteção contra a varíola. Por ter usado o termo latino referente à vaca em sua obra, *vaccina*, sua técnica ganhou reconhecimento tornando-se uma vacina que protegia contra a varíola, o que deu origem a essa denominação

usada até hoje. Vale à pena citar, neste ponto, o comentário de Jeanette Farrell sobre a repercussão desta ação quando coloca que

Jenner passou de médico do interior para salvador do mundo. A imperatriz da Rússia enviou-lhe um anel de diamante. Em Berlim, as pessoas começaram a comemorar o 14 de maio como o dia da vacinação de James Phipps. Na época de Jenner, a Grã-Bretanha e a França estavam empenhadas nas guerras napoleônicas. No entanto, Napoleão, o implacável líder francês, libertou soldados britânicos capturados quando Jenner lhe pediu que fossem perdoados (FARRELL, 2002, p. 53).

Mais do que a própria vacina, a descoberta de Jenner introduziu uma ideia revolucionária de interesse central neste projeto: pela primeira vez, os seres humanos podiam efetivamente impedir uma doença, influenciar o curso da natureza. Como confirma Tânia Maria Fernandes: “A vacina antivariólica constitui a primeira iniciativa frutífera em direção ao controle imunitário das doenças infecciosas” (FERNANDES, 1999, p. 11) Mas se pelo lado de reis e imperadores a vacina era louvada pelo seu caráter divino, pelo lado do povo ela representava o símbolo mais evidente da interferência do homem sobre os planos de Deus. A ciência, e seus homens passam definitivamente a ser o objeto tanto de admiração quanto de desconfiança por parte das camadas populares na Europa.

Este cenário forneceu as bases culturais para que a FC surgisse como gênero literário no início do século XIX com **Frankenstein, ou O moderno Prometeus** (1818), da inglesa Mary Shelley quando alguns elementos que já existiam em narrativas de outras épocas propiciaram o seu surgimento, tais como as viagens fantásticas, a antecipação tecnológica, os mundos perdidos, dentre outros temas. A respeito do que foi produzido antes deste período, aos precursores por assim dizer deste gênero, como afirma Cardoso “tudo que preceder 1860, então, será para nós protoficção científica” (CARDOSO, 2003 p. 13). Esta definição cumpre um papel importante, pois respalda o que foi produzido anteriormente, ao mesmo tempo em que caracteriza um período importante da humanidade já que

achamos importante falar mais apropriadamente de protoficção a respeito de escritores da primeira metade do século XIX, em especial Mary Shelley (1797-1851), a autora de *Frankenstein* (1818), e Edgar Allan Poe (1809-1849). Estes eram autores situados na tradição – iniciada no século XVIII – do gótico ou horror, mas em ambos os casos achamos também elementos de especulação científica mais insistentes (e consistentes) do que anteriormente. Em sua esteira, quando chegamos à metade do século passado, era bastante freqüente já o uso de aspectos do que viria a ser pouco depois a ficção científica como gênero por autores como Nathaniel Hawthorne e Herman

Melville, dos Estados Unidos, ou o inglês Edward Bulwer (CARDOSO, 2003 p. 14).

Desta feita, a protoficção científica caracteriza-se por fornecer os elementos basilares que propiciaram o surgimento do pensamento científico e que foi responsável pelo surgimento deste gênero literário. Elencar todos os representantes que contribuíram com esta empreitada seria temeroso, pois haveria o risco de não contemplar todos os nomes, por ser este campo de estudo ainda motivo de controvérsias, no qual muitos críticos literários discordam entre si a respeito de quando tudo começou. A título de exemplificação deste fato, poderíamos remontar a Homero e até mesmo à **Divina Comédia** de Dante como protoficção científica por apresentarem elementos do que hoje é conhecido por FC. Percebe-se, assim, a extensão deste assunto e o leque de discussões que ele sugere.

Dentre tantos autores significativos deste gênero literário, dois nomes destacam-se: H. G. Wells como representante do romance científico inglês e considerado um dos pais da ficção científica, ao lado de Julio Verne. Na outra esfera, Hugo Gernsback destaca-se como expoente na cultura norte-americana.

2.3 O romance científico inglês de H. G. Wells

Herbert George Wells, conhecido como H. G. Wells, foi um escritor britânico que recebeu o reconhecimento como precursor da FC graças à sua produção literária que abordava assuntos que, para a sua época, eram notoriamente vanguardistas. Seus primeiros trabalhos, que foram interpretados na sua época como romances científicos, apresentaram uma série de temas que foram aprofundados à exaustão por outros escritores pertencentes a este tipo de literatura tais como as viagens no tempo, a questão da invisibilidade, outros seres invadindo a Terra, apenas para citar alguns. Percebe-se que estas temáticas, que estão presentes nas obras escritas por H. G. Wells e foram por ele criadas, continuam sendo fonte de inspiração para muitas produções contemporâneas.

Quando Wells começou a publicar seus livros, Julio Verne já estava reconhecido no cenário de sua época com suas produções. Mas entre estes dois ícones existem diferenças cruciais que permeiam suas produções. Ainda que a fantasia científica de Verne possa ser percebida, algumas vezes, nas histórias de Wells, este último era identificado por desafiar as

convicções científicas do que era até então conhecido, criando situações e objetos que não existiam no seu tempo.

H. G. Wells pertencia à pequena burguesia inglesa. Antes de se enveredar pela literatura, tentou a sorte como vendedor de tecidos, já que seu pai era um lojista. Esta empreitada não foi bem sucedida e ganhou com isto a humanidade, pois o seu talento para as letras começaria a surgir com os novos rumos que sua vida então tomaria. Em 1883 ele é aceito para dar aulas na *Midhurst Grammar School*, na qual em breve seu talento seria notado. Em seguida ele consegue uma bolsa de estudos para a renomada *Normal School of Science*, em Londres. Este momento é o divisor de águas de sua vida, pois nesta escola ele conheceu um de seus professores T. H. Huxley, famoso por suas ideias evolucionistas e pela defesa a respeito da teoria de Darwin. Huxley teve uma grande influência na formação acadêmica de Wells, o que lhe conferiu uma sólida base científica que posteriormente apareceria nos artigos e clássicos literários que viria a escrever.

No início da década de 1890, Wells começou a publicar alguns trabalhos que já se inseriam neste gênero. O seu clássico romance científico, **A Máquina do Tempo**, de 1895, tem como enredo um homem que viajava ao futuro. Nos anos subsequentes escreveu, em uma rápida sucessão, suas obras mais influentes. Em 1896, é a vez de **A Ilha do Dr. Moreau**, no qual discute a dicotomia entre a natureza e a educação e levanta uma série de questionamentos sobre a humanidade. No ano seguinte publicou **O Homem Invisível** (1897), e o clássico **A Guerra dos Mundos** em 1898, certamente a sua obra mais conhecida e que o referendou como precursor da ficção científica. Outros títulos se seguiram: **Quando o]Adormecido Desperta** (1899, posteriormente revisto em 1910) e **Os Primeiros Homens na Lua** (1901) todos na mesma esteira de pensamento e responsáveis por temáticas que claramente permearam e influenciaram a produção de muitos livros de ficção científica que foram escritos posteriormente, como bem observa Cardoso

a influência de Wells sobre seus sucessores vai além das temáticas: consiste também no equilíbrio que conseguiu estabelecer entre especulação abstrata e descrição de circunstâncias e caracteres concretos, bem como entre a especulação científica e a sociológica. Stanislaw Lem, romancista e ensaísta polonês de ficção científica, afirmou que o grande feito de Wells em sua primeira fase foi “examinar a totalidade a espécie humana numa situação extrema” (CARDOSO, 2003 p. 16).

Com uma formação consolidada, Wells acreditava ser possível uma melhor maneira da sociedade se organizar e demonstrou este seu interesse ao escrever alguns romances utópicos,

entre eles o **Os dias do cometa**, de 1906 e **The shape of things to come**, escrito em 1933 e que o próprio Wells adaptou para o cinema em **Daqui a cem anos**, em 1936.

O destino da humanidade, obviamente, também fazia parte de suas preocupações, como seria de se esperar para alguém com a sua bagagem de conhecimento e vivendo em uma época na qual a ciência despontava e despertava a curiosidade e temor de toda a sociedade. Neste cenário, ele se denominava um socialista moderado e, em 1903, passou a frequentar uma agremiação de socialistas denominada Sociedade Fabiana, mas não prosperou neste seu intento. Em 1908 ele a abandonou após uma disputa com George Bernard Shaw, outro sócio de destaque. Em sua vida, ele buscou demonstrar suas opiniões sócio-políticas que muitas vezes eram motivo de controvérsias, mas por meio das quais demonstrava a sua preocupação com a sociedade e a necessidade de paz mundial.

Com tantas transformações ocorrendo em um ritmo crescente, cada vez mais uma quantidade considerável de escritores de ficção científica, em sua grande maioria influenciados pelas ideias de Julio Verne e H. G. Wells, despontava tanto no cenário europeu como no norte-americano. Concomitante a isto surgia outro tipo de revista, mais acessível, destinada a um público mais popular. Aconteceu um *boom* no mercado editorial, graças aos avanços na fabricação do papel na década de 1880, que utilizava a polpa da madeira e que fornecia, assim, uma opção mais barata. Surgiram inúmeras publicações, em parte pelo baixo custo do papel em que eram impressas e que se destinavam a mercados específicos como *westerns*, histórias de detetives e romances. Este novo formato, quase sempre 25 cm por 18 cm, o papel mais grosseiro feito da polpa (*pulp*) são os responsáveis pelo surgimento dos conhecidos *pulp magazines* que marcaram o início do século XX.

2. 4 A ficção científica norte-americana de Hugo Gernsback

Nos Estados Unidos, uma grande parte do que era publicado em FC já era feito nestes moldes. Entretanto, somente em 1926 surgiu uma publicação, o primeiro *pulp magazine*, a primeira revista dedicada exclusivamente para as histórias de ficção científica e que é considerada por muitos críticos um delimitador, **Amazing Stories**. O responsável por este feito, Hugo Gernsback, não era de todo desconhecido do público da época, mas a sua grande contribuição, de fato, foi o lançamento de **Amazing Stories**, ainda que inicialmente tenha se dedicado a publicar obras de autores que já tinham uma trajetória neste gênero como Julio

Verne, H. G. Wells e Edgar Allan Poe. Com esta publicação, Gernsback contribuiu para a popularização da ficção científica e igualmente para sua consolidação como gênero literário, ainda que muito do que se publicou servia nitidamente como pano de fundo para propagandear o que estava sendo feito naquele país.

Até então o termo FC, tal como é conhecido atualmente, ainda não existia. Gernsback referia-se fazendo uso da expressão *scientifiction*, em uma tradução literal para “ciênciaticção”. Segundo Roberts, “there was ‘a prelude to the idea’ of SF in the nineteenth century” (ROBERTS, 2006, p.51)⁶, mas o primeiro crítico deste campo literário foi efetivamente Gernsback. Responsável também por cunhar a expressão *science fiction* no editorial da primeira edição de *Science Wonder Stories*, outra publicação sua de 1929, ele obviamente discursava com propriedade sobre o assunto e também reivindicava que havia inventado o termo, no que tinha completa razão. Ele não somente defendia a característica de entretenimento da ficção científica como também acreditava no seu potencial educativo, como bem destaca Roberts

not only is science fiction an idea of tremendous import, but it is to be an important factor in making the world a better place to live in, through educating the public to the possibilities of science and the influence of science on life... If every man, woman, boy and girl could be induced to read science fiction right along, there would certainly be a great resulting benefit to the community... Science fiction would make people happier, give them a broader understanding of the world, make them more tolerant (GERNSBACK *apud* ROBERTS, 2006, p. 51)⁷.

Igualmente ele fez uso de seu poder editorial a fim de moldar o desenvolvimento deste gênero e com isto tornava-se evidente seu intento em lhe conferir outras características que não apenas aquelas fundamentadas pela ciência.

John W. Campbell, outro nome de grande representatividade na editoração de revistas de FC, e que era o responsável pela **Astounding Science Fiction** em 1937, também acreditava que a FC deveria educar além de cumprir o seu papel de entreter, mas com toda a sua

⁶ (...) houve um prelúdio para a idéia de ficção científica no século XIX”(...)

⁷ Não é somente a ficção científica uma idéia de muita importância, mas é para ser um fator importante a fim de que se possa tornar o mundo um lugar melhor para viver por meio da educação do público para as possibilidades da ciência e a influência da ciência na vida... Se cada homem, mulher, menino e menina pudessem ler ficção científica com regularidade, o resultado certamente seria um grande benefício para a comunidade... A ficção científica tornaria as pessoas mais felizes, dando-lhes uma compreensão mais ampla do mundo e tornando-as mais tolerantes

fundamentação baseada na ciência. Campbell insistia com seus colaboradores de que a ciência deveria estar perfeitamente integrada na história, ou seja, os aspectos científicos deveriam estar em consonância com o que estava sendo relatado. Esta nova abordagem conferia certa maturidade, haja vista as exigências e o rigor que Campbell passou a cobrar nas suas revistas. Ele acreditava que escrever a respeito de FC não era apenas tratar de assuntos que versavam sobre máquinas e ideias inovadoras. Igualmente, defendia que a postura das pessoas, a maneira como respondiam a estas abordagens deveria ser o foco principal dos trabalhos voltados para esta área.

A contribuição e influência de Gernsback nos rumos que nortearam o caminho da FC nas décadas posteriores são reconhecidas mundialmente. Como uma maneira de reverenciar este arauto da literatura foi criado um prêmio, em 1946, que leva o seu nome, o *Hugo Awards*. Nele, são premiadas as melhores publicações de ficção científica e é considerado o mais importante prêmio deste gênero para escritores do mundo todo. Sem dúvida, uma justa homenagem para aquele que se dedicou a fazer da ficção o seu *way of life* na América.

O próximo capítulo será dedicado ao estabelecimento de considerações a respeito de utopia e distopia em momentos distintos, quais sejam: o pensamento utópico na cultura ocidental; as contradições presentes nas utopias de H. G. Wells; o surgimento da distopia moderna e o cenário desta literatura, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos no período pós segunda guerra, época em que as obras **1984** e **Fahrenheit 451** foram escritas.

3 DA UTOPIA À DISTOPIA

A distopia é afinal, espelho da suspensão da História; sua imagem é o exílio da humanidade, tornada resíduo, esta, pela razão enlouquecida. Aqueles que recentemente teorizaram o fim da História, à sombra benevolente do capital financeiro, proclamavam o pesadelo como se fosse uma boa nova.

Carlos E. O. Burriel

Estas duas vertentes literárias estão estreitamente ligadas, revelando que “a ambiguidade dos sentimentos do homem moderno para com a ciência tem sido, desde os primórdios da ficção científica, o principal tema desse gênero literário” (NOGUEIRA, 1983, p.37). Caracterizam-se por apresentarem preocupações em relação ao futuro da humanidade, já que este se mostra muitas vezes despreparado para as inúmeras transformações advindas do avanço científico e tecnológico que permeou os últimos séculos e compõem o quadro que se convencionou chamar ficção científica sociológica.

O termo utopia foi criado por Thomas More, em um texto que foi redigido em latim no ano de 1516. Tal expressão foi usada à época para designar um lugar imaginário, fantástico, que ainda não existia efetivamente. Em língua inglesa a palavra utopia apareceu anos depois, em 1551. Foi criada a partir dos radicais gregos que significam “não” e “lugar” para designar um lugar que não existe.

Já o termo distopia foi usado primeiramente por John Stuart Mill, em um discurso no Parlamento Britânico no ano de 1868.

3.1 O pensamento utópico na cultura ocidental

Uma utopia, como já descrito anteriormente, revela um espaço que não existe efetivamente em lugar nenhum. Ir além do que se configura a realidade e resignificá-la à luz de um suposto mundo ideal, é este o objetivo de toda utopia. Com esta situação, configura-se uma dialética na qual, mesmo afirmando o mundo em que se vive, nega-se ele

simultaneamente, em virtude de se considerar outro lugar que seria perfeito ou melhor do que o atual. Sobre este aspecto, Silva afirma que

talvez nenhuma outra forma literária seja mais emblemática da relação sujeito e espaço do que a literatura de utopia. Presente na história da humanidade desde o Jardim do Éden, passando pelos Campos Elíseos gregos e chegando até o primeiro projeto político registrado do Ocidente com *A República*, de Platão, a utopia representa a inerente tentativa do homem em buscar ou criar um lugar perfeito para viver. Tanto em forma de idéias religiosas e filosóficas quanto de projetos literários e políticos, a persistência da imaginação utópica sugere que o ser humano anseia por um mundo perfeito que difira radicalmente do modelo imperfeito vivenciado diariamente (SILVA, 2008, p. 63).

A história da humanidade retrata, em diferentes momentos, o sonho por uma sociedade melhor. Muitas obras literárias foram escritas com o intuito de manifestar o descontentamento com a sociedade existente e a possibilidade de superação das condições que se apresentavam insatisfatórias. Na crítica e descontentamento são expressas alternativas que revelam caminhos diferentes, possibilidades outras para o ser humano e o meio no qual ele vive. No mundo ocidental, uma das primeiras manifestações que apontam para um provável lugar ideal, segundo Silva,

remonta aos Campos Elíseos descritos por Homero na *Odisséia* (800 a.C.), assim como por Luciano de Samosata em *História verdadeira* (150 d.C.). A Igreja Católica não poderia ficar de fora, e em 426 d. C. também reforçou a crença de um mundo perfeito alcançável pelos que merecem, com *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho. Apesar de não terem estado cronologicamente entre as mais antigas, *A República* (367 a. C.), e *As leis* (347 a. C.), de Platão, foram as primeiras utopias (...) a serem apresentadas em um organizado e extensivo sistema de idéias filosóficas que ofereciam possíveis caminhos para a melhoria de vida da sociedade (SILVA, 2008, p. 63).

Os pensamentos de Platão exerceram grande influência no mundo ocidental, o que pode ser ilustrado pelo famoso “mito da caverna”, no qual ele imaginava uma caverna onde as pessoas estavam acorrentadas desde a infância e de tal maneira que não podiam ver a entrada, apenas o fundo e as projeções das sombras das coisas que estavam às suas costas. A análise das idéias do mito pode ser feita tanto epistemologicamente (com relação ao conhecimento) e também politicamente (com relação ao poder). Pode-se dizer que o período que mais sofreu influência das idéias de Platão foi o Renascimento, também denominado por Renascença ou Renascentismo. Estes termos são usados para designar a época da história europeia, que seria

aproximadamente entre o final do século XIV e meados do século XVI e este último, particularmente, foi marcado por grandes transformações e crise no mundo ocidental.

Uma nova forma de organização do trabalho era imposta ao mesmo tempo em que o capitalismo dava seus primeiros passos. Por outro lado, a organização social feudal ainda tinha forças para sobreviver diante das inevitáveis reformas pelas quais passaria. Neste momento da história configura-se uma situação que desencadearia intensas mudanças, pois o modelo de uma sociedade diferente daquela existente na Europa deixava à mostra as contradições e desequilíbrios que estavam presentes no capitalismo emergente. Enfim, a confiança que se apresentava na ciência e no desenvolvimento tecnológico serviam de base para inúmeras propostas e ideias que tinham como lema o progresso e exteriorizavam as insatisfações presentes em inúmeras contradições sociais presentes à época.

Este momento foi propício para que grandes nomes da história da humanidade manifestassem suas ideias, seja por intermédio de suas obras artísticas ou por pensamentos que ecoariam pelos séculos seguintes. Para ilustrar este cenário, pode-se citar alguns nomes de ilustres representantes de uma época tão intensa tais como Leonardo da Vinci que pintou sua famosa tela Mona Lisa, Camões que escreveu seu clássico Os Lusíadas, Martinho Lutero que iniciou a Reforma e Shakespeare que escreveu grandes obras clássicas literárias, entre as quais Hamlet. Ainda que o século XVI tenha sido efervescente, algumas ideias não foram totalmente aceitas, como o fato que levou à fogueira o padre e filósofo Giordano Bruno por defender a tese de que a Terra não é o centro do universo e se move em torno do sol e obrigou Galileu Galilei a se desculpar perante um tribunal da inquisição.

É nesta conjuntura que se encontra Thomas More, considerado um dos grandes humanistas do Renascimento. Foi um profissional muito respeitado, homem de estado, diplomata, advogado, escritor e canonizado como santo da igreja católica por defender a fé cristã na Inglaterra. Grande intelectual, leitor de obras de Santo Agostinho, ele entendeu como poucos o seu tempo e todas as transformações que estavam acontecendo. Conseguiu enxergar muito além do que a realidade mostrava e perceber que o que a princípio parecia ser a libertação do homem poderia se transformar em um grande problema. Sua obra mais famosa é **Utopia** (1516) na qual retrata uma ilha imaginária e que é interpretada por alguns autores modernos como a idealização de uma sociedade e, por outros, como uma crítica à Europa do século XVI. Ele foi capaz de perceber as desigualdades existentes quando afirma que

os ricos diminuem cada dia alguma coisa no salário dos pobres, não só por meio de manobras fraudulentas, mas ainda decretando leis para tal fim.

Recompensar tão mal aqueles que mais merecem da república, parece-nos, à primeira vista uma evidente injustiça; mas os ricos fazem desta monstruosidade um direito, sancionando-o em leis (MORE, 2007, p.132).

Ele projeta na imaginária ilha de **Utopia** situações que marcariam a ruptura com o trabalho servil e assalariado do operário que vigorava até então. E é no gosto pelo trabalho que cada indivíduo expressaria sua individualidade, sua subjetividade. De acordo com as palavras de Silva, “como um produto de seu momento histórico a obra de More também refletia a fé de seu tempo na aplicação da razão para a realização de grandes feitos” (SILVA, 2008, p. 64). E muitos destes feitos estavam vinculados às inovações trazidas pelos avanços científicos e tecnológicos, tal como a tecnologia de navegação daquele tempo.

A ciência teve grande importância na história do pensamento utópico, visto que novas possibilidades, em um mundo melhor, poderiam surgir a partir das descobertas e inovações científicas. Thomas More já apontava a ciência natural como uma atividade que traria melhorias tanto morais quanto culturais para os cidadãos do que ele considerava uma sociedade ideal (BOOKER, 1994, p. 5). E, ainda que a noção de ciência da época de More seja diferente da atual, é inegável que esse conhecimento esteve ligado ao pensamento utópico desde o início da ciência moderna no século XVII. Booker refere-se a esta época destacando que

Francis Bacon, one of the founding fathers of the new science, was quickly to see its potential for revolutionizing human life, and his partially completed *New Atlantis* remains one of the most optimistic imaginative projections of the beneficial impacts that science and technology might have on human society. The society Bacon depicts reaps numerous practical benefits from the application of advanced technologies, but perhaps even more important is the sense of purpose and direction that scientific thinking gives to his idealized society (BOOKER, 1994, p. 5)⁸.

Para Bacon, a nova ciência vem para valorizar o saber instrumental que possibilita a dominação da natureza, enfatizando o papel da experiência no processo do conhecimento.

Mesmo durante a ascensão triunfante da ciência à hegemonia cultural que se estabeleceu no século XVII e início do XVIII, escritores como Jonathan Swift, autor de **As**

⁸ Francis Bacon, um dos fundadores da nova ciência, foi rápido ao enxergar o seu potencial para revolucionar a vida humana e a sua parcialmente concluída Nova Atlântida continua uma das projeções imaginárias mais otimistas sobre os benefícios que a ciência e tecnologia podem ter na sociedade humana. A sociedade que Bacon descreve colhe inúmeros benefícios práticos da aplicação de tecnologias avançadas, mas talvez ainda mais importante seja o senso de propósito e direção que o pensamento científico dá à sua sociedade idealizada.

viagens de Gulliver, já alertavam para os possíveis perigos em um excesso de confiança nos métodos científicos e tecnológicos de pensamento. Como pontua Silva,

esse debate sobre a presença e efeito da ciência e tecnologia na vida individual e social tornou-se parte da estrutura da literatura de distopias, fornecendo seu laço com a ficção científica. Tal debate alcançou sua expressão máxima durante a Revolução Industrial, quando os pensadores políticos, filosóficos e religiosos discutiram sobre as implicações da ciência e do progresso para o homem (SILVA, 2008, p. 67).

Já no século XIX a importância dos romances de H.G.Wells é destacada como o divisor de águas na literatura distópica.

3.2 O ponto de virada

A literatura fantástica e o cinema de ficção científica, incluindo todos os autores e cineastas que surgiram a partir do século XIX, existem graças à mente imaginativa de H. G. Wells, que mudou o rumo de sua vida ao decidir dedicar-se aos seus sonhos e escrever situações que continham ameaças de outros planetas, seres alienígenas e viagens pelo tempo, entre tantos outros assuntos que serviram de inspiração para seus sucessores. Ele não foi apenas um escritor de genialidade indiscutível, mas a sua obra contém todas as características básicas, todos os elementos que fazem parte das histórias de *sci-fi* atuais, tanto que muitos estudiosos do assunto o consideram como o verdadeiro criador do gênero ficção científica, já que os enredos de suas histórias influenciariam e ditariam as regras do repertório de escritores que se seguiria. Para Radfahrer “os livros de H. G. Wells têm influência direta na invenção do foguete, no alerta quanto ao risco de bombas atômicas e no uso da energia nuclear. Em tempos mais recentes, poucas obras foram tão marcantes quanto a série de TV *Jornada nas Estrelas*” (Radfahrer, 2013).

O seu primeiro livro, **A Máquina do Tempo** (1895), já dava mostras da sua criatividade e de que estava trilhando o caminho certo. A crítica social à burguesia, embutida no enredo, tornou este romance um dos mais populares do seu tempo. Ele descreveu, com riqueza de detalhes, artefatos mecânicos, para narrar uma viagem no tempo e já sinalizava para o que seria uma característica em seus escritos: a presença da ciência no futuro da humanidade. Seu objetivo não era apenas o entretenimento, mas também ensinar e despertar no leitor o senso crítico.

Em seguida, publica **O Homem Invisível** (1897), em cujo enredo ele discorre sobre a questão da invisibilidade e no qual aborda a temática de adaptação do personagem a diferentes situações como fome e frio. A crítica apresentada neste trabalho refere-se aos riscos que poderiam surgir da falta de cuidado ou conhecimento ao se lidar com assuntos científicos, pois o novo, o desconhecido, ao mesmo tempo em que é atraente, pode também reservar surpresas nem sempre agradáveis.

Considerado como o trabalho mais conhecido, quiçá o mais importante que ele escreveu, **A Guerra dos Mundos** (1898) descreve uma invasão alienígena de marcianos à Terra. Ciro Flamarion Cardoso chama a atenção para aquele momento crucial, pois

na época em que Wells escreveu *A guerra dos mundos*, a Grã-Bretanha conhecia uma grande moda de romances relativos a guerras futuras, em grande parte inspirados pelo medo de uma invasão germânica, provocado pelo forte militarismo do Império Alemão sob o *kaiser* Guilherme II (CARDOSO, 2003 p. 74).

Outros dois acontecimentos importantes na última década do século XIX, e certamente de grande influência nesta obra, foram a descoberta de duas linhas convergentes em Marte e a exploração massacrante que ocorria na África pelos ingleses, com vistas a novos mercados e busca de matérias-primas.

É bem provável que Wells não imaginasse a dimensão que seu trabalho alcançaria e o reflexo que teria no mundo futuro. Em uma época na qual ainda não existiam aviões, ele já vislumbrava máquinas voadoras cujos formatos em muito se assemelham aos discos voadores que ufologistas, hoje, dizem existir.

Entretanto, mais importante do que profetizar sobre a tecnologia que faz parte da vida moderna, faz-se necessário destacar que

a forma de governo que Wells idealizou para suas utopias também foi objeto de suspeitas. Profundamente influenciado pelas suas leituras de *A República* ainda na mocidade, Wells imaginou sua utopia sendo dirigida por uma elite de especialistas científicos. Essa casta iria determinar todos os procedimentos a serem seguidos pelos membros da sociedade. Longe de ser vista como algo positivo, essa subordinação de muitos a poucos indivíduos escolhidos foi criticada pela sua clara potencialidade distópica. Sátiras à idealização de Wells podem ser reconhecidas na representação dos opressores dirigentes, ditadores e políticos tais como o Beneficente (*Nós*), o Controlador Mundial Mustapha Mond (*Admirável mundo novo*) e os agentes do Partido Interno, representados pelo Grande Irmão (*Mil novecentos e oitenta e quatro*), apenas para mencionar os mais conhecidos (SILVA, 2008, p. 75).

O mundo idealizado por Wells, as sociedades perfeitas retratadas por ele tornaram-se objetos de crítica das distopias modernas, como as citadas acima. A relevância das obras de Aldous Huxley, George Orwell e Yevgeny Zamiatin refletem a influência dos romances wellsianos, pois estes escritores são considerados expoentes ao estabelecerem “as convenções literárias da ficção distópica moderna” (SILVA, 2008, p. 73).

Por mais sucesso que tivesse perante o público, sua obra foi alvo constante da crítica especializada, o que não ofuscou a grandeza de seu trabalho. H. G. Wells tornou-se uma lenda na história da ficção científica e “as contradições intrínsecas dos elementos presentes em obras como *Uma utopia moderna* e *Homens como deuses* mostraram-se ainda mais evidentes face aos eventos históricos do começo do século XX” (SILVA, 2008, p. 73), quando escritores encontraram o ambiente ideal para refutar o ideal utópico. Yevgeny Zamiatin, então o editor de H. G. Wells na União Soviética, tornou-se um dos representantes deste período com a publicação de *Nós* (1921), delimitando, assim o surgimento da distopia moderna.

3.3 O nascimento da distopia moderna

O romance *We*, de Yevgeny Zamiatin, além de ser considerado como o texto pioneiro da distopia moderna, é também um produto da crise social criado pela revolução industrial. Pode-se dizer que a obra apresenta uma história por trás da história. Os primeiros registros se remetem a 1919, mas ela foi concluída em 1921. Em razão de seu tema, foi também a primeira a ser censurada na extinta União Soviética. O livro foi publicado primeiramente em inglês, três anos após ter sido terminado. Em russo ele foi impresso em 1988, sendo um caso raro em que a tradução foi publicada antes do original.

Uma grande parte do livro baseia-se nas experiências do autor com as revoluções russas e também quando trabalhou na supervisão da construção de navios na Inglaterra e retrata as impressões de um cientista sobre o mundo no qual ele vive. Aparentemente é uma sociedade perfeita, mas existe uma opressão velada. Esta situação faz surgir conflitos no protagonista, pois ele percebe as deficiências, as imperfeições de seu mundo quando entra em contato com um grupo de oposição que é contra o Beneficente, o líder supremo da nação. Conforme pontua Booker, “the book depicts a sterile and stagnant society ruled by scientific and rational principles that its citizens have been stripped of any real humanity” (BOOKER,

1994, p. 26)⁹. O totalitarismo e conformismo que são retratados na sociedade industrial do livro são extremados e a crença de que o livre-arbítrio é a fonte da infelicidade e que a vida das pessoas deve ser controlada com base nos sistemas de precisão industrial são características marcantes do romance e, de acordo com alguns críticos, serviram de inspiração para autores que se seguiram como George Orwell e Aldous Huxley, o que corrobora a afirmação de Silva quando destaca que em **We** surgem os “elementos que se tornaram convenções da literatura de distopias” (SILVA, 2008, p. 73).

Outro aspecto de destaque na obra é a preocupação do início do século vinte com a supremacia tecnológica e como isto afetaria o mundo civilizado, ou seja, também foi importante no sentido de alertar sobre as possibilidades de mudanças que o industrialismo poderia promover na sociedade. Ele concebeu um mundo moldado pela padronização e máquinas industriais, cujo objetivo era criar uma felicidade que fosse matematicamente infalível. Mas para conseguir tal intento a liberdade deveria ser eliminada e, assim sendo, o fator humanidade deixa de ter importância. Para Zamyatin sem a possibilidade de idéias e escolhas, sem emoção, a falta de humanidade resolve todos os problemas da sociedade, pois assim elas seriam incapazes de fazer escolhas erradas e também de terem idéias ruins.

Em **We**, o autor apresenta também outros elementos que, como colocado anteriormente, tornaram-se padrões na literatura de distopia como

a imagem do protagonista sendo proibido de utilizar formas de linguagem, formas essas que fornecem o caminho para que a contranarrativa seja articulada, conforme observou Tom Moylan: “o controle sobre os meios de linguagem, sobre a representação e a interpelação, é uma arma crucial e estratégia na resistência distópica (SILVA, 2008, p. 77).

Por meio do controle da linguagem e seu uso como instrumento de dominação, do cerceamento e controle sobre a vida das pessoas, é que surgirão, nos protagonistas, o desejo de transformação e a busca para a mudança do *status quo*, características estas que se fazem presentes em outras obras do gênero.

Em vários outros aspectos, a obra de Zamyatin foi determinante e seguramente ditou padrões que podem ser observadas em romances distópicos que se seguiram, pois, como pontua Marshall, “dystopias that follow Zamyatin’s work would also attempt to expose the

⁹ O livro retrata uma sociedade estéril e estagnada, governada por princípios científicos e racionais já que seus cidadãos foram despojados de qualquer humanidade verdadeira.

possible failures of political and social systems favoring too much the fields of hard sciences and not enough the realities of humanity” (MARSHALL, 2013) ¹⁰.

Nas décadas que se seguiram, o mundo moderno passou por experiências terríveis que marcaram profundamente toda a história da humanidade, assim como influenciaram a produção artística e intelectual daquele tempo, como será apresentado a seguir na delimitação do momento histórico e cultural no qual os romances **1984** e **Fahrenheit 451** foram escritos.

3.4 A literatura de distopia na Inglaterra e nos Estados Unidos

Não é novidade nenhuma o fato de que o século vinte foi testemunha da maior produção de literatura distópica. Diversos acontecimentos trágicos que marcaram as primeiras décadas daquele século contribuíram sobremaneira para este desfecho, tais como as duas grandes guerras mundiais, as ideologias de regimes totalitários, Hiroshima, Vietnam e Auschwitz. Paralelo a isto o desenvolvimento sem precedentes da tecnologia e da ciência e a dificuldade na qual o homem se encontrava para lidar e dominar todo este conhecimento deixaram-no temeroso acerca do futuro que lhe aguardava. Percebe-se que houve toda uma conjuntura propícia para o surgimento de uma forma de pensar e escrever sobre o futuro como um tempo no qual a vida seria muito pior, não havia uma expectativa otimista acerca dele.

Para o historiador Eric Hobsbawn, o período de 1914 a 1945 pode ser definido como a Era da Catástrofe e ele assim o sintetiza de maneira que

para esta sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era da Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa (...) (HOBSBAWN, 2008, P.16)

Seguiram-se tempos difíceis nos quais o desemprego em massa passou a fazer parte da vida das pessoas e as perseguições, conflitos e tragédias eram motivo de medo. Estas

¹⁰ As distopias que seguem o trabalho de Zamyatin também tentariam expor as possíveis falhas dos sistemas políticos e sociais favorecendo muito as áreas das ciências exatas e não o suficiente as realidades da humanidade.

condições históricas evidentes não encobrem outro aspecto que também é norteador do pensamento deste período e é elemento fundamental entre a ficção distópica e o modo de vida: a tecnologia.

Se o contexto foi fundamental para o surgimento da literatura distópica e da sociedade tecnológica, vale ressaltar que esta emersão aconteceu de maneira diferente tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. As narrativas escolhidas como análise deste trabalho foram escritas por representantes destes países e cada uma retrata sob que perspectiva isto aconteceu. Ainda que existam várias características em comum entre os dois representantes, as diferenças são igualmente importantes, pois elas definem o pensamento de uma sociedade, a maneira como os dois países assimilaram todos os acontecimentos a que foram expostos.

Na Inglaterra, os acontecimentos descritos anteriormente foram determinantes para que esta representação literária tivesse o seu representante mais pessimista, George Orwell. Este contexto é destacado por Franz Alexander, quando ele relata seu sentimento em relação à sociedade europeia daquela época ao afirmar que

na Europa, vi desintegrar-se rapidamente o mundo que havia conhecido, que havia sido para mim como uma segunda natureza. Como a vasta maioria dos europeus testemunhou aqueles anos pródigos em acontecimentos, presenciei o gradual colapso de uma época cultural. Não era claro o que viria, sendo muito mais claro o que ia desaparecendo especificamente: os valores mais altos que eu havia conhecido. A ciência e a criação artística em si mesmas e o paulatino melhoramento das relações humanas mediante o uso do saber e da razão cediam a uma transição para uma sensação angustiante de insegurança, a temores e receios no seio de uma humanidade de mentalidade mecanicista corrompida pelo progresso técnico. Cada qual esperava o pior, vivia aprisionado ao espanto e ansiedade e se preocupava exclusivamente por si mesmo, pelo seu porvir incerto e os problemas candentes do dia (ALEXANDER *apud* KOPP, 2011, p.11).

A sociedade de então vivia toda a tensão daquele período e a literatura, como representação de seu tempo, era reveladora das tensões e inquietações. Os romances distópicos revelavam as ansiedades intelectuais e alguns também eram escritos a partir de experiências pessoais de seus autores com o intuito de alertar a respeito de catástrofes no futuro, sendo também conhecidos como contos cautelares. A literatura distópica inglesa do século vinte não antevia um mundo com perspectivas de vida melhores para a humanidade, o que estaria por vir, possivelmente, seria um tempo no qual o domínio e a manipulação da sociedade gerariam um mundo permeado pelo medo e incerteza.

Já nos Estados Unidos, onde a FC era extremamente popular, as representações distópicas refletiram o pensamento e a cultura que eram predominantes naquele país, sendo que a história da FC, no século vinte, está diretamente ligada às mudanças e contratempos da história daquele país. Ruth Persice Nogueira afirma que “como a cultura popular americana anterior à Segunda Guerra mundial, a ficção científica escrita nesse período é imatura, provinciana e, muitas vezes, simplória” (NOGUEIRA, 1983, p.42). Mas este quadro passará por transformações e as manifestações distópicas seguirão também este caminho e,

inevitavelmente, esta nova atitude gera uma literatura que, mesmo mantendo suas características populares, se torna menos alienada das grandes questões humanas e sociais. A constatação dos graves problemas que afligem a humanidade contemporânea, que põem em risco o seu futuro será traduzida pela ficção científica em metáforas sombrias e inquietantes. Aproxima-se, assim, a ficção americana da visão apocalíptica de Wells, Huxley e Orwell (NOGUEIRA, 1983, p. 43).

Em uma sociedade na qual a ciência e a tecnologia sempre gozaram de prestígio, é natural que a FC encontrasse um ambiente propício e de fácil aceitação. Como representante da literatura distópica americana, Ray Bradbury é apresentado como o equivalente americano de Huxley e Orwell (NOGUEIRA, 1983). Seu trabalho é considerado como um dos mais representativos da FC sociológica, na qual a preocupação quanto ao futuro da humanidade é uma característica. Na perspectiva distópica americana, são apontadas possíveis soluções para os problemas e inquietações que afligem o escritor, ele acredita em um futuro melhor e que é possível deixar um sinal como alerta para as gerações futuras, tudo isto permeado por muita tecnologia na vida dos personagens.

Neste contexto no qual o homem sente-se como uma vítima do sistema, excluído ou um *outsider* como pontuam alguns pesquisadores, torna-se necessário analisar as estratégias de manipulação da sociedade com o intuito de torná-la alienada. Este será o foco do capítulo seguinte, dedicado à compreensão de aspectos de memória que revelam a carga de poder que ela possuiu.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E MEMÓRIA

De alguma forma, uma memória social coletiva, duradoura e confiável, constitui um pré-requisito indispensável à manutenção da organização de qualquer civilização.

Eric Havelock

Para traçar as considerações propostas a respeito dos aspectos de memória e linguagem presentes em **1984** e **Fahrenheit 451**, foram utilizados como suporte teórico os estudos dos pesquisadores Jacques Le Goff, Paul Ricoeur e Maurice Halbwachs. Pontuar-se-ão as discussões em torno dos temas memória individual e coletiva, manipulação da memória e esquecimento, pois estes assuntos norteiam as duas obras escolhidas como *corpus*.

Uma sociedade é permeada por diferentes características e percebe-se que desde a segunda metade do século XX o efêmero, o que é breve e instantâneo são temas recorrentes que norteiam as possibilidades de acontecimentos a respeito do uso da memória.

Os gregos antigos acreditavam que a memória fosse uma deusa e deram-lhe o nome de *Mnemosine* e a ela era atribuída a tarefa de lembrar aos homens os grandes feitos de seus heróis. A poesia lírica era o modo como estes acontecimentos eram transmitidos ao povo e acreditava-se que o poeta, sendo contemplado com a memória, fosse uma espécie de adivinho do passado. Na mitologia grega esta deusa, *Mnemosine*, tinha também nove filhas, sendo que uma delas era *Clio*, conhecida como a história. Notadamente percebe-se que ao longo do curso da humanidade, em diferentes épocas e durante os mais variados acontecimentos a relação entre *Mnemosine* e *Clio* sempre foi tensa e, muitas vezes, pautada por diferenças.

A palavra memória é de origem latina, e deriva do radical *memor* que significa “o que lembra”, remetendo-se ao passado, ao que já foi acontecido. Esta extraordinária capacidade de conservar determinadas informações e reviver algo já sucedido é inerente ao ser humano, mas como ressalta Moreira a este respeito,

todavia, a explicação tradicional, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história espelha a memória, parece demasiado simplista na contemporaneidade. A história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não se apresentam como as atividades inocentes que julgávamos até bem pouco tempo atrás. Tanto as histórias quanto as memórias não mais parecem ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos

com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção (MOREIRA, 2009, p. 3).

Esta atividade que a princípio apresenta-se tão rotineira, e de certa maneira simplista, carrega muito mais significado e é a autora da história que se conhece e se escreve. Sobre este assunto, Jacques Le Goff (1990) esclarece que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p.366). Ela é a responsável por selecionar, organizar e administrar os acontecimentos vividos e as prováveis recordações advindas destas experiências. Mas nesse caminhar pela história, o ato de recordar fatos passados tornou-se subjetivo sendo que, em muitas situações, esqueceu-se de verificar a veracidade de determinados acontecimentos pois,

em realidade, há muito tempo que se está superada a perspectiva de que a memória é um atributo somente individual. Estudos de diversas origens disciplinares coincidem na experiência compartilhada da memória, ou seja, na sua natureza social. Mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas (sejam na forma de objetos, palavras, etc.). Não só isso, a memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos como desempenha, também, uma função importantíssima, tanto na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história... (PADRÓS, 2002).

Com esta incumbência de representar interesses e perpetuar valores de determinada comunidade, a memória tornou-se uma referência para a sociedade e cultura dos povos, abarcando as experiências e tradições que poderiam cair no esquecimento, pois “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1990, p.368). Toda esta carga histórica veio com uma responsabilidade imensa e não passou despercebido o fato de que ter consciência dos acontecimentos de outrora, estaria imbuído de poder, ou seja, a memória tendo esta relação estreita com o passado torna-se responsável pelo que dita. Pode-se mesmo afirmar que a história se alimenta da memória, das experiências acontecidas, sejam elas de ordem pessoal ou coletiva e torna-se uma referência para a sociedade, sendo a mantenedora de determinadas verdades e de valores sócio-culturais.

Esta ligação direta entre memória e passado cria uma relação estreita com o presente, pois este se torna o elo de comunicação por onde perpassam todos os elementos constituintes

da história, sejam eles identitários, espaciais ou temporais. Como são registros de acontecimentos, e não a repetição *ipsis litteris* do que ocorreu, ela apresenta-se como recriação dos fatos. Em face desta situação, devem-se considerar aspectos que variam de lugar e de momento e que, portanto, crivam a memória de subjetividade. Cumpre destacar que, como a história é dinâmica e está se construindo permanentemente, estas características também são imanentes à memória, ela se constrói, se refaz, se alimenta de construtos novos, de novas lembranças, não é estática. Com toda esta carga de importância, necessário se faz ressaltar que ela não é sinônimo da história, mas sim fonte de abastecimento na qual historiadores buscam a matéria prima para suas pesquisas, para a reconstrução de fatos, para a produção de conhecimento científico, para esclarecimentos das mais variadas naturezas, enfim, para a elucidação de acontecimentos que correspondem à determinada época da humanidade. A memória, por assim dizer, representa a presença do passado, ainda que eivada de diferentes pontos de vista, que em alguns momentos podem ser conflitantes, mas que são necessários para a criação da identidade cultural de um povo ou mesmo uma época.

Nesta perspectiva de construção de significação, “quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem” (HALBWACHS, 2006, p. 159) criando, desta feita, uma relação de troca de experiência, de pertencimento que é a responsável pela identidade do grupo. Vale dizer que não somente os indivíduos possuem memória, mas as sociedades também dela são possuidoras já que

os valores, as atitudes, os códigos compartilhados, resultantes de determinada interação, implicam em continuidades e rupturas com tradições e com a cultura transmitidas por outras gerações. Lembranças, símbolos e valores identificam o coletivo no espaço e no tempo. São elementos carregados de memória. Memória coletiva. A memória coletiva se concretiza como tal quando as mesmas lembranças, vividas ou transmitidas, voltam de maneira repetitiva, sistemática, com poucas variações e, quando são apresentadas e assumidas como propriedade específica da comunidade (PADRÓS, 2002).

Não são poucas as variantes que interferem na construção da memória coletiva, são das mais diferentes ordens, podendo ser políticas, sociais, espaciais, religiosas, culturais, sendo que estes elementos são referências para as pessoas que representam e para as relações que se constituem,

mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a sua produção, mas os criadores

e os denominadores da memória coletiva: estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (LE GOFF, 1990, p.408).

As lembranças que permeiam a vivência de um grupo social são de extrema importância, pois se configuram como a preservação daquele momento específico, do retrato de uma época e seus costumes, enfim de um determinado momento.

Faz-se mister preservar esta herança, seja ela de que natureza for e a quem se referir, pois o que seria de uma sociedade sem história e sem passado? Coube, pois, à memória, a tarefa da continuidade de repassar estes acontecimentos. Assim sendo, diante da impossibilidade de se registrar tudo o que acontece, o homem criou determinados espaços destinados a este fim específico: preservar a memória e resgatar a história. Nestes lugares, estas ações se tornariam possíveis, bem como estudá-las para que as gerações futuras tivessem acesso a todo este conhecimento adquirido ao longo dos séculos. Desta feita, os museus, acervos, bibliotecas cumprem este papel e são responsáveis pela herança de muitas civilizações, sem os quais, muito provavelmente uma parcela significativa da história da humanidade poderia ter se perdido no tempo.

Ainda que todo o zelo e empenho sejam empregados neste resgate histórico, é de entendimento comum que nem tudo pode ser lembrado, existem momentos fadados ao esquecimento e que, muitas vezes, são tão reveladores quanto a memória. O silêncio, muitas vezes, apresenta-se como um cerceador da sociedade e como estratégia de manipulação de um determinado grupo. Existem situações em que o apagamento torna-se conveniente para a permanência de certos interesses, e a história é mestra em apresentar exemplos desta natureza, que revelam como a memória assumiu um status de relevância para alguns governos, face ao fato de perseguirem-na para apagar o que não era adequado, ou que não estava de acordo com a situação vigente.

Não há memória sem esquecimento. Assim como há usos para a memória, igualmente eles existem também para o esquecimento. Nas mais diversas situações, eles cumprem determinadas tarefas, servindo aos mais variados interesses, podendo ser, inclusive, instrumentalizados. Isto significa que o ato de esquecer pode obedecer a determinadas regras, sendo que estas são elaboradas de acordo com a conveniência da situação a que se destinam. Cumpre ressaltar a colocação de Jacques Le Goff, quando afirma que

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é

uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.368).

O esquecer pode também ser uma opção, decidir-se por reter o essencial e o necessário a respeito de determinadas informações. Mas o ser humano apenas esquece aquilo que conheceu e que ele tem condições de dimensionar se é relevante ou não, pois a importância de registrar certos acontecimentos sempre esteve presente nas mais diferentes formações sociais.

O homem sempre fez uso da memória e valeu-se dos mais variados instrumentos com o intuito de preservar e registrar alguns fatos, ainda que não conhecesse a dimensão imbuída nesta atividade. Os registros feitos nas cavernas, assim como os hieróglifos são exemplos desta atividade que ele desempenhou ao longo da história da humanidade e que forneceram os primeiros alicerces para o que viria a se constituir em um elaborado sistema de registro da memória: a escrita. A necessidade de se comunicar, sendo muitas vezes uma questão de sobrevivência, foi também fator determinante para que o ser humano encontrasse maneiras de se fazer compreender. E na mesma proporção em que se refinavam as relações e compreensão de mundo, sua maneira de se expressar também seguia na mesma esteira. Desta forma, foram criadas representações para as situações e surgiram também os alfabetos, que são os diversos registros escritos que existem atualmente. Esta fase da humanidade é destacada por Le Goff ao colocar que “no estudo histórico da memória histórica (*sic*) é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e memória essencialmente escrita como também às fases de transição da oralidade à escrita” (LE GOFF, 1990, p.369), pois ambas são importantes por representarem momentos distintos da humanidade.

Na concepção de Gagnebin “como pode traduzir – transcrever - a linguagem oral, a escrita se relaciona essencialmente com o fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade” (GAGNEBIN, 2006, p. 111). Assim, com os registros por meio da escrita, estabeleceu-se uma ligação estreita com a memória e o homem passou a ter em seu poder uma ferramenta poderosa, por meio da qual poderia se manifestar e constituir a sua representatividade. Por muitos séculos, este caráter de imutabilidade que era compreendido como sinônimo de verdade absoluta esteve impregnando os registros escritos, criando uma aura de poder, já que não eram todas as pessoas que tinham acesso a eles.

Assim, consideraram a escrita como duradoura, quase eterna, que transcendia o tempo, já que a mensagem permaneceria, ainda que o autor não mais existisse. Mas esta concepção foi com o passar dos séculos, sofrendo críticas,

tal confiança na escrita como rastro duradouro e fiel começa a ser abalada, (...), no século XVIII. Já no século XIX, com o historiador Thomas Carlyle, por exemplo, as fontes escritas não são mais consideradas documentos integrais e confiáveis, mas sim documentos aleatórios, fragmentos de um passado desconhecido, farrapos de um tecido que se rasgou. Acentua-se a consciência da fragilidade e da caducidade das criações humanas, e não mais em oposição à criação divina (GAGNEBIN, 2006, p. 112).

A representação escrita passou então a ser encarada como algo efêmero e passível de fragilidade. Com esta nova consciência, a significação do registro e suas lembranças também sofreram mudanças, já que a herança histórica e a memória, que estavam incrustadas no seu significado, ficariam abaladas. Não mais carregava as verdades em que se acreditava, não mais se encontrava acima do bem e do mal.

Esta concepção não passou despercebida aos interesses de alguns grupos que detinham determinados poderes. Se a escrita não mais era a representação de uma verdade incontestada, então verdades outras poderiam ser criadas e refeitas. Novas realidades e interesses estariam à mercê de registros que viriam a existir, propiciando a criação de estratégias para o uso da linguagem escrita surgindo, assim, situações que serviam aos interesses daqueles que percebiam nela uma poderosa aliada na construção de novas identidades, de novos espaços.

Na perspectiva de Maurice Halbwachs a memória é uma força poderosa na construção das lembranças e, por conseguinte, dos registros escritos advindos dela, já que

quando tocamos na época em que já não conseguimos imaginar os lugares, situa-se nem mesmo confusamente, chegamos também a regiões do passado que nossa memória não atinge. Portanto, não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento para fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente - mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para poder durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2006, p. 189).

Os estudos conduzidos por Halbwachs trouxeram uma nova perspectiva para o conceito de memória, além de apresentar os quadros sociais que dela fazem parte. De acordo com o seu ponto de vista, a memória sempre se refere a um grupo, ainda que se manifeste de

uma maneira particular, pois o indivíduo traz consigo a lembrança, mas estará invariavelmente relacionando-se em um determinado ambiente social, pois “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Não significa dizer que a memória individual não exista, mas que esta se apresenta em diferentes situações nas quais também os participantes são distintos, o que favorece uma mudança de sua característica pessoal para se transformar em um conjunto de fatos que são comuns e compartilhadas por um mesmo grupo. Este fenômeno é o passar da memória individual para a coletiva, o que é propício para que haja uma relação muito próxima entre as duas, haja vista não ser possível a alguém recordar-se de acontecimentos com os quais não tenha relação, ou com os quais suas lembranças não se identifiquem, pois

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Para que a memória de um indivíduo se constitua, então, é necessário que haja uma consonância nas lembranças dos diversos segmentos sociais dos quais faz parte e com os quais interage como família, trabalho, escola, religião, amigos. Simultaneamente, ele participa de dois tipos de memória, a individual e coletiva, e o

funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. Não é menos verdade que não conseguimos lembrar senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, ou seja, nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela está muito estreitamente limitada no tempo e no espaço. A memória coletiva também é assim, mas estes limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Isto permite que, mesmo pertencendo a um determinado grupo, o indivíduo seja capaz de manter a sua essência e características, e ainda também de identificar o seu próprio passado, pois que “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2006, p. 42).

Com isso, a memória do grupo pertence à memória coletiva e, cada sujeito que a ele pertence se identifica em uma ou outra circunstância. O grupo é, por conseguinte, o portador de toda a memória que a ele diz respeito e esta se estabelece a partir das relações construídas no seu âmbito. E é no desenrolar, no acontecer dessas relações que as lembranças são formadas e constituídas e tornam-se impregnadas das memórias dos que a cercam. Com isto, os grupos sociais são os responsáveis pelas construções de suas memórias além de determinarem o que é possível de ser memorável e os lugares nos quais ela – a memória - será resguardada (HALBWACHS, 2006).

A fim de que uma lembrança seja reconhecida, os sujeitos necessitam buscar o que lhes é próximo, aquilo que lhes é comum e que permite participarem de um mesmo grupo, e compartilhar as mesmas recordações. Caso isto não aconteça, a memória coletiva corre o risco de desaparecer.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Ao longo desse processo de rememorar coletivamente, existem critérios que definem o grau de prioridade do que será lembrado. As memórias de um grupo, o que foi vivenciado por um maior número de integrantes e corresponde às memórias coletivas, encontram-se em um primeiro plano em uma escala de valores. Já as experiências que se relacionam a um número menor de pessoas adquirem um caráter secundário em termos de relevância. Isso explica porque algumas situações, relacionadas a grupos menores, são esquecidas com mais frequência ou pouco lembradas. Estas lembranças, somente em circunstâncias muito específicas e particulares é que terão uma chance de voltarem a seus grupos. O contato com pessoas que viveram as mesmas situações ou circunstâncias que evoquem a recordação de certos fatos propicia que se estabeleça uma relação entre a memória individual e coletiva já que “a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas” (HALBWACHS, 2006, p. 61).

A fim de que uma lembrança venha à tona, seja de ordem individual ou coletiva, devem ser levados em consideração diversos aspectos sendo que, muitas vezes, os interesses de determinados grupos ditam as regras a serem seguidas. Neste cenário, no qual estão em jogo as relações de poder, a memória e o esquecimento passam por adulterações, sendo forjados e construídos pelas forças que existem e atendem aos objetivos de grupos específicos. De acordo com Paul Ricoeur tem-se a instrumentalização da memória, segundo o qual “a especificidade dessa abordagem situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e da identidade tanto coletiva como pessoal” (RICOUER, 2008, p. 94). As manipulações da memória, que não raramente passam por abusos da mesma e também do esquecimento, são tentativas de expressões ideológicas e de identidades, pois conforme postula Ricoeur,

é fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros (RICOUER, 2008, p. 95).

Estas manipulações são inseridas em momentos históricos que pretendem refletir as expressões de identidades e memórias, mas que são subjacentes a processos ideológicos determinantes de tais condutas.

Para melhor compreender a manipulação da memória, é necessário destacar o esquecimento, pois estes dois aspectos se relacionam diretamente: os abusos de memória e do esquecimento. Este último pode ser considerado como sendo de dois tipos: o passivo e o ativo. O primeiro é entendido como uma forma patológica de esquecimento, tal como o conceito de memória impedida proposto por Paul Ricoeur (2008). Já o segundo pode ser compreendido por meio das relações sociais que são permeadas por questões ideológicas, políticas e, inevitavelmente, as de poder que definem as estratégias empregadas para este fim. Por ser praticamente impossível lidar com o esquecimento, sem que isto reflita na memória, é que surgem os abusos a ele relacionados, e que são causa de tanto espanto, outras vezes repulsa, quando algum sujeito traz à cena recortes deste tipo de situação da qual foi protagonista.

A memória e a linguagem fazem parte da vida do ser humano, sempre estiveram presentes nas civilizações com uma dimensão social e podem ser consideradas como mantenedoras da história, pois estão estritamente ligadas, uma perpassa a outra.

Os gregos tinham consciência da importância da linguagem, do poder que emanava das palavras, tanto que se tornaram grandes retóricos, pois sabiam que elas carregavam uma força enorme de significado. Elas são passíveis de transformações, adequando-se às situações que porventura surjam. Da mesma maneira que vocábulos são criados para expressar algo que é novo, outros caem no esquecimento em virtude de não serem mais usados com a frequência habitual e se transformam de acordo com as necessidades humanas para designar e atender aos mais diversos interesses.

O uso das palavras e, por conseguinte, da memória representa uma força muito grande de persuasão, de dominação, de controle social. Existe uma estreita ligação entre liberdade e linguagem e os governos totalitários perceberam esta possibilidade de controle e a usaram à exaustão. Com a finalidade de preservação do domínio político, a corrupção da e por meio da linguagem tornou-se um instrumento poderoso de opressão. As palavras são maquiadas, os códigos são metamorfoseados, para que poucas pessoas compreendam o real significado do que se quer expressar, ou ainda, que não o entendam e fiquem à mercê daqueles que estão no controle da situação. Elas perdem o seu real sentido e são usadas com outra proposta. De fato, o que acontece é uma falsificação da vida real, de um presente que se vive ou um passado que já ocorreu com o objetivo único de que a mentira apareça como verdade. É uma desconstrução da realidade fazendo-se uso da linguagem e da memória para conseguir este objetivo, o que será destacado no próximo capítulo, no qual serão apresentadas considerações a respeito da obra **1984**.

5 1984 E O DISCURSO DISTÓPICO

O movimento cíclico da História era agora inteligível ou parecia ser; e, sendo inteligível era alterável. Mas a causa principal, subexistente, era que, desde o começo do século vinte, a igualdade humana se tornara tecnicamente possível. Verdade ainda que os homens não eram iguais nos seus talentos inatos e que as funções tinham de ser especializadas de maneira a favorecer alguns indivíduos, em detrimento de outros; porém não havia mais nenhuma necessidade real de distinção de classe nem de grandes diferenças de fortuna. Em épocas anteriores, as distinções não tinham sido apenas inevitáveis como desejáveis. A desigualdade era o preço da civilização.

George Orwell

5.1 George Orwell e sua obra

Um dos maiores escritores do século XX, com romances visionários que refletiam suas convicções políticas e ideológicas, Eric Arthur Blair criou o pseudônimo George Orwell, nos anos 20, com o qual publicou suas obras e o mesmo tornou-se tão respeitado que muitas pessoas desconhecem o fato de que este não é o seu nome verdadeiro. Nascido em 25 de junho de 1903 em Motihari, Bengala, cidade da Índia à época sob domínio da Inglaterra, ele tinha pais ingleses que na infância do escritor se mudaram para a Inglaterra, proporcionando ao jovem Blair uma sólida educação formal na aristocrática Academia de Eton. Toda esta proximidade com a elite da sua época não o tornou parte dela, seria mais correto afirmar que o oposto aconteceu. Ainda muito jovem, já “dava mostras de sua decepção com a sociedade da qual fazia parte, revelando uma precoce rebeldia intelectual” (SILVA, 2003, p. 43). Poderia ter pertencido à aristocracia, mas desde muito jovem deu rumos diferentes à sua vida, os quais vinham de encontro às suas idéias socialistas. Assim sendo, com 19 anos passou a fazer parte da polícia imperial britânica, na qual permaneceu por cinco anos atuando entre a Índia e a Birmânia. Estando tão próximo daqueles que detinham o poder e percebendo como eram as atitudes opressoras que a Inglaterra mantinha para com suas colônias, ficou ainda mais revoltado com o sistema ao qual pertencia, o que culminou com a sua deserção em 1927. Todo este descontentamento ele o manifestava abertamente, ao afirmar,

em suas próprias palavras: “Servi na polícia das Índias durante cinco anos, ao longo dos quais passei a odiar o imperialismo, que eu próprio servia, com

uma força que ainda hoje não sei explicar” (ORWELL *apud* SILVA, 2003, p. 43).

Mas as experiências deste período não ficaram no ostracismo. Como um literato e escritor que se preze, transformava sua insatisfação em arte. Assim sendo deu voz a toda sua indignação e revolta e, neste período, surgiram seus primeiros escritos, como “O enforcado” (1931) e “Disparando contra um elefante” (1933). Os títulos destes ensaios já revelam o senso de humor de Orwell, que na época ainda assinava como Arthur Blair, e a crítica que se estava por revelar na leitura subsequente. Também como referência a este período ele escreveu **Dias na Birmânia**, seu primeiro romance, mas que foi publicado somente em 1934.

Após esta etapa na qual serviu como oficial do exército, ele declarou todo o seu desgosto pelo imperialismo. Demonstrou este fato adotando atitudes extremas, como renegar a sua própria origem e concomitantemente sua fortuna e seu nome, já que tudo isto remetia ao sistema que ele fervorosamente se opunha. Desde então adotou o pseudônimo de George Orwell e começou a trabalhar como operário em fábricas de Paris e depois seria professor primário. Nesta fase experienciou condições de vida muito difíceis, convivendo de perto com a pobreza e desigualdades sociais, situações essas que reforçavam ainda mais suas convicções ideológicas. A partir de 1934 passou a viver como escritor e a sua produção literária desta época foi **Vencido em Paris e Londres** sendo que algumas traduções apresentam o título **Na pior em Paris e Londres**. Já em 1935 publica **A filha do reverendo** e em 1936 **Keep the Aspidism flying**, sendo que este último recebeu o título de **O vil metal** na versão para o português. Entre 1936 e 1939 participou da Guerra Civil Espanhola, como demonstração de seu pensamento em defesa das classes sociais menos favorecidas. Nesta época já era reconhecido e sua escrita também já se refinava, mas sem abandonar em momento algum seus pensamentos socialistas que eram a força motriz de sua obra, podendo-se mesmo afirmar, de sua vida.

Continuando com sua produção literária, em 1937 publica **O caminho para Wigan** no qual relata as condições precárias em que viviam os trabalhadores de minas do norte da Inglaterra, experiência da qual ele mesmo participou, pois trabalhou por algum tempo neste meio. Este romance tem um caráter autobiográfico e causou um grande desconforto na esquerda pelas críticas acirradas ao socialismo britânico. Em 1938 escreveu **Homenagem à Catalunha**, que no Brasil recebeu título de **Lutando na Espanha**. Neste livro ele demonstra sua insatisfação com as situações que presenciara durante o período em que esteve na guerra

da Espanha e seu objetivo enquanto escritor, escrever sobre as injustiças que presenciava, fortalece-se ainda mais. O caráter de denúncia e crítica social que há muito já era característico de seus escritos, torna-se uma marca registrada, sendo que o próprio Orwell faria as seguintes considerações sobre sua produção literária:

“o meu ponto de partida é sempre um sentimento de partilha, uma noção de injustiça. Quando me sento para escrever um livro, não digo para mim, ‘vou produzir uma obra de arte’. Escrevo porque existe alguma mentira para ser denunciada, algum fato para o qual quero chamar a atenção, e penso sempre que vou encontrar quem me ouça. Mas não seria capaz de escrever um livro, ou um longo artigo de revista, se não existisse também aí uma experiência estética” (ORWELL *apud* SILVA, 2003, p. 45).

Esta experiência estética a que ele se refere esteve presente em sua obra e notadamente em seus trabalhos subsequentes, que o consolidariam posteriormente como um grande escritor de seu tempo.

Como não é de se estranhar para a época em que vivia, contraiu tuberculose em 1938 e decidiu então passar algum tempo no Marrocos. Como resultado deste período escreveu **Coming up for air**, que seria publicado em 1939. No Brasil foi editado como **Um pouco de ar, por favor** e posteriormente como **Na sombra de 1984**. Neste ano de 1939 tem início a segunda guerra mundial e, mais uma vez, Orwell pretende participar deste confronto. Por motivos declaradamente óbvios de saúde fragilizada, ele não é aceito para participar deste episódio da história.

Com toda a experiência que havia acumulado ao longo dos anos de luta e pelo cenário que se constituía na Europa durante o período entre as duas guerras mundiais, Orwell tornou-se cada vez mais decepcionado com os partidos comunistas. Ele percebia também que os governos começavam a exercer um controle rígido sobre a população, cerceando a liberdade dos indivíduos, já que as “elites econômicas desses países deram apoio à formação de governos autoritários que pudessem recompor a ordem social, mediante um controle rígido de sua estrutura” (SILVA, 2006, p.262). E toda esta situação o deixava cada vez mais contrário à qualquer tipo de governo que fosse totalitário já que “ao lado do fascismo e do imperialismo, um dos grandes inimigos de Orwell era a desonestidade de propósitos dos que, no Ocidente, apoiavam o regime comunista” (SILVA, 2003 p. 45), assim sendo sua veia socialista fortalecia-se à medida em que ele percebia como os sistemas de governo contrários aos seus propósitos estavam em um crescendo naquelas décadas do século XX.

Nos anos seguintes, trabalhando como editor literário do jornal *Tribune*, escreve uma crítica ao aburguesamento da Rússia, na qual compara os comunistas aos porcos de uma

fazenda. Naquela situação de guerra, o ano era 1943, a primeira reação que vários editores tiveram foi a de recusa do livro, com receio das conseqüências que porventura sofreriam. Em 1945, **A revolução dos bichos**, do original **Animal Farm**, é publicado na Europa e no ano seguinte nos Estados Unidos, sendo considerado um grande lançamento literário desde então.

Após o fim da segunda guerra, como o seu estado de saúde estava muito debilitado, refugia-se em uma ilha na Escócia. Ele dedica-se a escrever o que viria a ser a grande e última obra de sua vida, **1984**. Todo seu talento literário e crítica a regimes de governos totalitários eclodem nas páginas daquele que é considerado um dos maiores romances distópicos de todos os tempos.

George Orwell faleceu em 21 de janeiro de 1950, antes mesmo de completar 47 anos.

5.2 O enredo

Em **1984**, certamente uma das obras literárias mais pessimistas que já foram escritas, o governo exerce um domínio total sobre a vida das pessoas, vigiando suas atitudes e até mesmo seus pensamentos. Este controle sobre a população se dá por meio de telas (*telescreens*) cujo objetivo, além de vigiar, é o de também transmitir a ideologia do Partido, veiculando propagandas que exaltam o governo.

O mundo retratado em **1984** apresenta-se dividido em três grandes potências que se encontram em guerra permanente. Uma delas é a Oceania que é governada pelo onisciente, onipresente e onipotente *Big Brother*, cujo poder estende-se por toda a sociedade. Todas as pessoas são vigiadas, o controle é exercido em todas as esferas. O super partido deste governo é o Ingsoc, uma clara referência ao socialismo inglês, e que se orienta pelos lemas “Guerra é Paz”, “Liberdade é Escravidão”, “Ignorância é Força”. Os outros blocos são a Lestásia e Eurásia.

Neste governo totalitário o Ministério da Verdade, no qual trabalhava Winston Smith personagem principal, a história é alterada permanentemente de acordo com a ideologia e com o que era mais conveniente para o Partido. Sendo assim, os livros eram reescritos, as notícias recriadas quantas vezes fossem necessárias, bem como edições passadas de jornais eram refeitas, para que ninguém duvidasse do que era afirmado pelo governo. A noção do que era verdadeiro, nesta situação, desaparece como que por completo, pois a imagem de história já não existe, posto que ela era constantemente modificada. Este controle total sobre os

indivíduos, inclusive sobre o pensamento das pessoas, era feito pelos quatro ministérios do governo, que se espalhavam pela cidade de Londres descrita no romance e que

dominavam de tal maneira a arquitetura circunjacente que do telhado da Mansão Vitória era possível avistar os quatro ao mesmo tempo. Eram as sedes dos quatro Ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo: o Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, diversões, instrução e belas-artes; o Ministério da Paz, que se ocupava da guerra; o Ministério do Amor, que mantinha a lei e a ordem, e o Ministério da Fatura, que acudia às atividades econômicas. Seus nomes, em Novilíngua: Miniver, Minipaz, Miniamo e Minifarto (ORWELL, 2004, p. 8).

Mesmo com estes Ministérios que a princípio abarcariam todas as esferas da sociedade, o governo adotou outras práticas de controle para que seu domínio fosse ainda mais eficiente. O idioma falado, *NewSpeak* ou Novilíngua, cumpre este propósito pois com esta nova maneira de falar, que é simplificada ao máximo, as regras gramaticais são abolidas. Desta maneira, “eliminando palavras indesejáveis, ou conotações indesejáveis das palavras, estreita de tal forma o âmbito do pensamento” (NOGUEIRA, 1983, p.37) com o intuito de se adequar ao *DoubleThink*, ou duplipensar, segundo o qual

saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acaba de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar (ORWELL, 2004, p. 37).

Com estas estratégias, o Partido consegue manter-se e exercer o seu poder sobre as pessoas, pois não há espaço para questionamentos, para discordâncias ou revoltas contra o que era apregoadado, pois tudo deveria servir aos interesses daqueles que estavam no comando.

A sociedade apresentada em 1984 é dividida em grupos distintos nos quais a diferença de poder entre as pessoas é muito grande, novamente uma referência aos governos totalitários. Haviam os proles, que eram a maioria, mas que não possuíam nenhuma influência e constituíam a classe inferior, mas eram tão miseráveis que sequer eram vigiados pois nem

mesmo percebiam a liberdade da qual desfrutavam. O outro era formado pelos membros do Partido, no qual Winston se encontrava e que também não possuíam poder algum, mas estavam acima dos proles pois trabalhavam para o sistema. O último grupo era constituído pelas pessoas que formavam o Partido Interno e, obviamente, eram as que ocupavam os cargos mais importantes. Sabiam tudo da vida de todos, eram os mantenedores do poder e o exerciam, literalmente, com toda força, a fim de que nada e ninguém fosse empecilho para a perpetuação da ideologia que defendiam.

O cenário retratado em 1984 é de uma completa falta de esperança para todos, cuja sociedade “é completamente dominada por um estado-polícia-autocrático” (ALCANTARA, 2010, p. 123) o que gera medo em toda a população. O mundo descrito por Orwell é triste, sombrio, cinzento. Não há espaço para diversão e entretenimento, há excesso de trabalho, muita fome e desconforto. A saúde das pessoas é ruim, elas são mal cheirosas em virtude da falta de higiene e condições de saneamento adequadas. A Londres descrita no romance é triste e cinzenta,

lá fora, mesmo através da vidraça fechada, o mundo parecia frio. Na rua, pequenos rodamosinhos de vento levantavam em pequenas espirais poeira e papéis rasgados, e embora o sol brilhasse e o céu fosse dum azul berrante, parecia não haver cor em coisa alguma, salvo nos cartazes pregados em toda parte (ORWELL, 2004, p. 6).

Winston não estava satisfeito com sua vida, sentia fome, dores, frio. Assim como todas as pessoas, ele era vigiado pelas telas onde quer que estivesse: no trabalho, em casa, na rua. Nada estava fora do alcance dos olhos do *Big Brother*, as pessoas acreditavam que ele observava tudo e todos já que as telas exibiam as propagandas do Partido e as vigiavam simultaneamente. Qualquer atitude que parecesse suspeita poderia ser interpretada como crime, os vizinhos eram incentivados a denunciar quem cometesse qualquer deslize perto deles. Os filhos, inclusive, eram orientados a vigiar e delatar seus pais à Polícia do Pensamento, criando desta maneira um ambiente de completo pavor com mini espões dentro de casa. Neste cenário triste e inóspito, ele começa a questionar o seu papel, sua vida e as vagas lembranças que ainda lhe restavam. Sentia que algo estava errado e que precisava, de alguma maneira, extravasar aquela inquietação, mas não sabia como. Assim sendo, em um dos poucos pontos de seu apartamento que fica fora do alcance da tela, é óbvio que “naturalmente, podia ser ouvido, mas, contanto que permanecesse naquela posição, não podia ser visto” (ORWELL, 2004, p. 6), ele dá início à elaboração de um diário, fato que é proibido

pelo Partido, pois a escrita era considerada uma atitude subjetiva e altamente contrária à ideologia. Anotar e lembrar eram ações muito perigosas, visto que poderiam trazer à memória fatos que deveriam ficar esquecidos no passado, ou sequer mencionados que algum dia aconteceram. Mas o medo, pelo simples fato de pegar em uma caneta e papel, o deixava em tal estado de terror que não foi tarefa nada fácil dar início à esta empreitada. Foi necessário muito mais que um simples esquivar-se para sair do foco de observação do *Big Brother*. Na realidade, ele se preparou durante semanas para aquele momento tão esperado e desejado. Precisou munir-se de uma dose extra de coragem, pois o receio de ser descoberto e, caso isto acontecesse, o medo de ser punido com pena de morte pelo simples fato de escrever qualquer coisa, deixavam-no sem ação. Mas ele sabia que um mundo diferente daquele já tinha existido. Ele lembrava-se de que havia desfrutado uma vida normal junto a seus pais e que na Oceania já houve um tempo que não fora forjado pela repressão e pelo medo. Mas mesmo para ele era muito difícil lembrar-se com exatidão dos fatos, pois a propaganda com o duplimentamento tornava isto quase impossível, já que o passado, o presente e o futuro eram controlados pelo Partido.

Mas esta não foi a única atitude subversiva de Winston ao longo do romance. Ele conhece uma mulher mais jovem, Julia, que o seduz com suas idéias revolucionárias e é a responsável por sua mudança de atitude em relação ao Partido. Ele acredita que existe uma Fraternidade, por meio da qual uma insurreição contra o Grande Irmão poderia vir a acontecer e que Julia poderia ser uma ótima companheira de guerra. Com ela poderia partilhar seus sentimentos e inquietações. Conseguem encontrar-se às escondidas durante algum tempo, tendo todo o cuidado para não serem descobertos. Neste ínterim surge o personagem O'Brien, "membro do Partido Interno e ocupante de um posto tão remoto e de tamanha importância que Winston dele só tinha uma vaga idéia" (ORWELL, 2004, p. 13). Este homem se aproxima de Winston, pois percebe que ele era diferente dos outros membros do Partido. Este, por sua vez, acredita ser ele um novo amigo e revela seu desejo secreto de conspirar contra aquele sistema totalitário. O'Brien é, na verdade, um membro pertencente ao alto escalão do Partido. E Winston vai descobrir que aquele em quem ele depositou toda sua confiança, viria a ser o seu torturador da maneira mais cruel possível, por meio controle da sua memória, já que a verdade pertencia apenas ao Partido.

George Orwell não direcionou sua crítica apenas à opressão que marcou os regimes totalitários das décadas de 30 e 40. Sua intenção era chamar a atenção também para aquele sistema de nivelção da sociedade, no qual o indivíduo é uma peça para servir ao estado, por

meio do controle total, incluindo o pensamento das pessoas. Ele pretendia descrever um futuro baseando-se nos absurdos do presente que presenciava.

5.3 A linguagem como instrumento opressor

Como um exemplo clássico da ficção científica, o romance distópico **1984** apresenta críticas a respeito das relações que se estabelecem entre linguagem e poder e a consequente manipulação da informação que é mostrada para que o Partido continue com seu domínio sobre a sociedade.

O título proposto por George Orwell, **1984**, para a última obra que escreveria leva muitas pessoas a pensarem que este livro se refere a um futuro cujas previsões não aconteceram. Na verdade, o objetivo do autor não era fazer previsões exatas de algo que poderia acontecer, mas sim deixar registrado como alerta o que ele acreditava como ameaça para as gerações futuras. Ele apresenta situações nas quais a linguagem poderia ser usada e explorada para criar uma realidade que não existiu, mostrando, desta maneira, sua desconfiança em relação ao que poderia acontecer, com os usos que porventura fariam dela para camuflar a história.

No aspecto literário, Orwell revela uma preocupação quanto ao arbítrio que o governo teria sobre a linguagem. Tudo se daria com um fim específico: controlar o pensamento das pessoas. E esta situação, a princípio improvável, no livro é destacada por Winston em diversos momentos que revelam seu medo, caso seja descoberto por algo que tenha feito que contrarie o Partido, ou interpretado de maneira equivocada por um pensamento ou atitude descuidada que tivesse e, de acordo com ele,

era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos vaguearem num lugar público, ou no campo de visão duma teletela. A menor coisa poderia denunciá-lo. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que sugerisse anormalidade, ou algo de oculto. De qualquer forma, uma expressão facial imprópria (ar de incredulidade quando anunciavam uma vitória, por exemplo) era em si uma infração punível. Em *Novilíngua* havia até a palavra para caracterizá-la: chamava-se *facecrime* (ORWELL, 2004, p. 63).

“Nesse sentido, Orwell antecipa preocupações pós-modernistas que se tornariam dominantes na segunda metade do século XX, especialmente as expressas como metaficção”

(CAUSO 2003, p. 54), sendo que o uso que ele faz desta preocupação difere de outros escritores. Ele demonstra como seria o uso de uma linguagem que estivesse sob domínio político, apontando assim aspectos que no seu entender já se manifestavam, ainda que de maneira tímida, na sociedade da qual ela participava. A força que ele sabia existir na palavra e o seu profundo descontentamento com o que acontecia à sua volta, fizeram-no demonstrar este fato por meio da atitude com que Winston decide rebelar-se: a elaboração de um diário para registrar suas memórias. Esta era considerada uma atitude demasiado perigosa e passível de punição com a morte naquela sociedade distópica da qual fazia parte, mas, ainda assim

o que agora se dispunha a fazer era abrir um diário. Não era um ato ilegal (nada mais era ilegal, pois não havia mais leis), porém, se descoberto, havia razoável certeza de que seria punido, por pena de morte, ou no mínimo vinte e cinco anos num campo de trabalhos forçados (ORWELL, 2004, p. 10).

Com esta decisão do personagem de escrever, e que ele continuará a fazer ao longo do livro, Orwell revela a sua convicção de que pela linguagem o homem pode mudar o mundo e pode ser mudado também. O que corrobora com o discurso de Paul Ricoeur (2008) já que este autor defende que é a partir da narrativa que a memória tem a possibilidade de ser refeita. Sem registros o homem perde sua essência e fica a mercê da sua própria sorte, no caso de Winston, dos interesses do governo do Partido.

A nação da qual Winston faz parte está estabelecida no território denominado de Oceania, na localidade conhecida como Pista Número 1. Esta é uma provável referência à Inglaterra, visto que a história acontece em uma Londres que em muito se assemelha àquela da Segunda Guerra, com bombas e em uma situação de guerra e muita privação.

A vida na Oceania implica em ter consciência de que absolutamente tudo o que se faz, e pior, mesmo o que se pensa, está sob vigilância constante, ininterrupta,

o membro do Partido vive, do berço à cova, sob os olhos da Polícia do Pensamento. Mesmo quando está sozinho jamais pode ter certeza do seu isolamento. Onde quer que esteja, dormindo ou acordado, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, pode ser examinado sem aviso e sem saber que o examinam. Nada do que ele faz é indiferente (ORWELL, 2004, p. 202).

Em todos os lugares da cidade, em todos os prédios, existem equipamentos que registram os mínimos gestos e atitudes ou até mesmo manifestações de ânimos dos cidadãos. Os helicópteros da Polícia e as teletelas são utilizados para este fim, mas existem também os

espiões que trabalham para descobrir e delatar qualquer tipo de infração e estes podem ser colegas de trabalho, vizinhos ou mesmo os filhos.

Este controle sobre a população é um ponto de destaque na formação da sociedade em **1984** e ele é organizado de maneira tal que se estende sobre todas as situações da vida e do pensamento e “this knowledge-based administration of power finds its model in the medieval Inquisition, but reaches new levels through the capabilities of modern technology” (BOOKER, 1994, p. 79)¹¹. Com esta nova ferramenta, o Partido tinha em seu poder a possibilidade de gerir sobre a história já que tinha alcance sobre o passado, pois o registro da história era feito a todo o momento e também pelo presente, visto que tudo e todos eram observados. Poderia também interferir no futuro, na medida em que o controle permanente não permitia nenhuma conduta que viesse a abalar a estrutura social e política vigente. Este tipo de ação sobre o passado acontecia desde a alteração dos registros dos fatos históricos e a destruição de qualquer papel que pudesse conter alguma informação, até mesmo aqueles jogados a esmo pelas ruas. Para Halbwachs (2006) é necessário que haja testemunhos ou provas que confirmem um acontecimento ou uma lembrança, sem os quais não haverá a possibilidade de registro. Se estes não existem, ou são alterados, significa então que entram em cena interesses outros, quase sempre movidos pelo poder, que determinam tal atitude, como acontece em **1984**. A palavra de ordem é que o passado estivesse em consonância aos interesses do poder e para isto são empregados todos os recursos que estivessem ao alcance.

Orwell apresenta, de uma maneira muito direta, os usos dos meios de comunicação aliados à tecnologia com o propósito de manutenção do poder e o principal deles é a figura onipresente do Grande Irmão nas teletelas, com a sua voz, os olhos e os ouvidos.

Orwell suggests that certain mechanical applications of technology lend themselves directly to political oppression, even while science itself remains a potentially liberating realm of free thought. Technology is a key tool of the Party in the Oceania of *1984*, but the politization of science and technology in this society has in fact had a suffocating effect on science itself. There is a certain amount of advanced technology in Oceania, especially for the electronic surveillance of the behavior of individual citizens, but on the whole dystopian society is rather backward technologically (BOOKER, 1994, p. 70)¹².

¹¹ Esta administração baseada no conhecimento do poder encontra o seu modelo na Inquisição medieval, mas atinge novos níveis através dos recursos da tecnologia moderna.

¹² Orwell sugere que certas aplicações mecânicas da tecnologia prestam-se diretamente à opressão política, mesmo quando a própria ciência continua a ser um domínio potencialmente libertador do pensamento livre. A tecnologia é uma ferramenta-chave do Partido na Oceania de 1984, mas a politização da ciência e tecnologia

Com este cenário de controle sobre a sociedade, todas as esferas do Partido funcionam de forma a incutir o medo nos cidadãos, de uma forma que eles não possam rebelar-se sob pena de pagarem caro por isto. Também reforça, a todo o momento, que a única verdade é aquela apregoada por ele. O Grande Irmão é literalmente a manifestação onipresente do poder e uma das maneiras de garantir que ele seja mantido.

Já na primeira página do romance, quando Winston chegava à Mansão Vitória, são enumeradas algumas situações que expõem a vida de precariedade e miséria dos indivíduos, como a falta de eletricidade, o cheiro de repolho no saguão do prédio, o elevador que não funcionava, a “variz ulcerada acima do tornozelo direito” (ORWELL, 2004, p. 5) de Winston. Tudo isto denota quão difícil era a situação das pessoas, em contraste com a imagem do Grande Irmão exposta nos cartazes coloridos por todos os lugares, “em cada patamar, diante da porta do elevador, o cartaz de cara enorme o fitava na parede. Era uma dessas figuras cujos olhos seguem a gente por toda parte. O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia a legenda” (ORWELL, 2004, p. 5). Esta mensagem é carregada de contradição e que muito bem se aplica ao duplipensar, sugerindo o oposto do que está registrado. E este cartaz sempre funcionava ininterruptamente, sem defeitos, a despeito dos frequentes racionamentos de energia.

Dentro do apartamento uma voz sonora lia uma lista de cifras relacionadas com a produção de ferro-gusa. A voz saía de uma placa metálica retangular semelhante a um espelho fosco, embutido na parede direita. Winston torceu um comutador e a voz diminuiu um pouco, embora as palavras ainda fossem audíveis. O aparelho (chamava-se teletela) podia ter o volume reduzido, mas era impossível desligá-lo de vez (ORWELL, 2004, p. 5).

O Grande Irmão é uma personificação, “o rosto de um homem com uns quarenta e cinco anos, com espesso bigode preto e traços rústicos mas atraentes” (ORWELL, 2004, p. 5), um símbolo do poder que o Partido representa. Sua função é fomentar o temor e o medo em toda a população de maneira tal que nenhuma atitude transgressora passe impune ao seu olhar, já que a teletela recebia e transmitia mensagens ao mesmo tempo. Entretanto, este líder não se revelava nunca. Em torno dele criou-se uma mística de intocabilidade e superioridade, como

nesta sociedade tem tido, na verdade, um efeito sufocante sobre a própria ciência. Há certa quantidade de tecnologia avançada na Oceania, especialmente para o monitoramento eletrônico do comportamento dos cidadãos, mas a sociedade distópica é bastante atrasada tecnologicamente.

se fosse um deus. O livro proibido do inimigo do Partido, Emmanuel Goldstein, revela essa crença e a forma como são articuladas as relações hierárquicas na sociedade da Oceania.

No alto da pirâmide está o Grande Irmão. O Grande Irmão é infalível e onipotente. Cada sucesso, realização, vitória, descobrimento científico, toda sabedoria, sapiência, virtude, felicidade, são atribuídos diretamente à sua liderança e inspiração. Ninguém nunca viu o Grande Irmão. É a cara nos tapumes, uma voz nas teletelas. Podemos ter razoável certeza de que nunca morrerá, e já existe considerável incerteza da data em que nasceu. O Grande Irmão é a forma com que o partido resolveu se apresentar ao mundo. Sua função é a de ponto focal para o amor, medo, reverência, emoções que podem mais facilmente ser sentidas em relação a um indivíduo do que a uma organização (ORWELL, 2004, p. 5).

Na paisagem cinzenta de Londres os imensos cartazes destacavam-se, ressaltando ainda mais o temor que ele espalhava. Em todos os lugares havia uma imagem dele, tornando impossível esquecer-se do *Big Brother*, da sua presença, do poder que ele representava, e da sua capacidade de saber o que se passava na cabeça de cada indivíduo.

A figura do cartaz tinha um poder absoluto, ao passo que as pessoas eram descartáveis. Um indivíduo poderia facilmente desaparecer, sua história e memória poderiam ser apagadas como se ele nunca houvesse existido. “As pessoas simplesmente desapareciam, sempre durante a noite” (ORWELL, 2004, p. 21). Winston trabalhava no Departamento de Registro, um órgão subordinado ao Ministério da Verdade que se encarregava da reescrita das notícias, e a atividade dele era justamente a de alterar os dados em livros, jornais e periódicos, caso algum traidor cometesse o crimidéia, o crime que continha todos os outros, que seria qualquer manifestação de desvio da ortodoxia. “O nome do cidadão era removido dos registros, suprimida toda menção dele, negada sua existência anterior, e depois esquecido. Era-se abolido, aniquilado, vaporizado era o termo corriqueiro” (ORWELL, 2004, p. 21). O Grande Irmão não representa apenas a face do Partido, mas a garantia de que a desigualdade social, o medo e a opressão seriam mantidos para que o totalitarismo presente na Oceania continuasse a existir, e sem a possibilidade de transgressões.

Paul Ricoeur (2008) faz colocações sobre os abusos da memória considerando três questões distintas, e uma delas refere-se à manipulação da memória, que comumente acontece em processos ideológicos, como uma forma de legitimação do poder. Em **1984** os artifícios usados com este intento são claramente identificáveis, e o governo da Oceania é arquitetado de forma tal para que isto aconteça por meio dos quatro ministérios que definem as regras

daquela sociedade. O livro de Emmanuel Goldstein apresenta uma definição para cada um deles sendo que

o Ministério da Paz ocupa-se da guerra, o da Verdade com as mentiras, o do Amor com a tortura e o da Fartura com a fome. Essas contradições não são acidentais nem resultam da hipocrisia ordinária: são exercícios conscientes de *duplipensar*. Pois é só reconciliando contradições que se pode reter indefinidamente o poder. De nenhuma outra maneira seria possível quebrar o antigo ciclo (ORWELL, 2004, p. 208).

Ao longo do romance de Orwell, percebe-se que a trama acontece em torno do Ministério da Verdade, não por acaso é nele que Winston trabalha, atualizando as notícias ininterruptamente, assim como Julia. Os outros Ministérios são mencionados em alguns momentos e todos têm a mesma importância hierárquica naquele lugar, mas o destaque é dado mesmo ao Miniver, seu nome em Novilíngua. É nele que a toda a manipulação da informação é feita e esta é uma das críticas centrais desta narrativa distópica. Esta, por assim dizer, fabricação de realidades, é uma prática dos abusos da memória a respeito dos quais Ricouer (2008) discorre. No Departamento de Registro fica claro como se dá a manipulação da informação, pois a sua

missão básica era não reconstruir o passado mas fornecer aos cidadãos da Oceania jornais, filmes, livros escolares, programas de teletela, peças, romances – com todas as informações concebíveis, instruções ou entretenimento, desde uma estátua até uma palavra de ordem, desde um poema lírico até um tratado de biologia, desde um bê-á-bá até um dicionário de Novilíngua. E o Ministério tinha de satisfazer não apenas as complexas necessidades do partido, como repetir a mesma operação, em nível inferior, para o proletariado (ORWELL, 2004, p. 44).

No edifício onde funciona o Miniver é produzido e administrado todo o conteúdo dos meios de comunicação e, por meio dos departamentos aonde trabalham Winston e Júlia, são fornecidas mais informações sobre o funcionamento deste Ministério. Este lugar é muito bem equipado com máquinas e aparelhos que funcionam adequadamente, em comparação com os precários utensílios descritos, que fazem parte da vida dos cidadãos. O Departamento de Registros recebe mensagens internas indicando os assuntos que devem ser modificados, como assim declara Winston,

as mensagens recebidas referiam-se a artigos ou notícias que, por um motivo ou outro, deviam ser alterados ou, como se dizia oficialmente,

retificados. Por exemplo, o *Times* de dezessete de março publicara que o Grande Irmão, discursando na véspera, predissera que a frente meridional indiana continuaria serena mas que seria lançada em breve uma ofensiva eurásiana no norte da África. Entretanto, o Alto Comando Eurásiano desfechara sua ofensiva no sul da Índia, deixando a África em paz. Tornava-se portanto necessário reescrever um parágrafo do discurso do Grande Irmão, de maneira a fazer com que predissesse exatamente o que sucedera (ORWELL, 2004, p. 44).

Estes artifícios apontam para o que é o oposto aos conceitos de memória coletiva e individual propostos por Halbwachs (2006), pois as informações estão em constante alteração neste cenário, apesar de não se admitir isto. Deve ser crível o que está registrado a despeito de qualquer dúvida.

Mas Winston, enquanto funcionário do Miniver, também deveria acreditar nas notícias que ele mesmo alterava. Evidentemente, em algum momento, tinha lampejos de alguns fatos ocorridos. Em algumas circunstâncias isto acontecia, como ele

não podia lembrar definitivamente uma época em que o país não estivesse em guerra, mas era evidente um intervalo de paz bastante longo durante a sua infância, porque uma das suas mais longínquas recordações era de um bombardeio aéreo que parecera a todos surpreender. Fora talvez quando a bomba atômica caíra em Colchester. Não se lembrava do bombardeio em si, mas lembrava-se do pai a segurar-lhe a mão com força (...) (ORWELL, 2004, p. 34).

Também a respeito do seu trabalho especificamente, algumas vezes recordava-se de determinados fatos,

na verdade, como Winston se recordava muito bem, fazia apenas quatro anos a Oceania estivera em guerra com a Lestásia e em aliança com a Eurásia. Isso, porém, não passava de um naco de conhecimento furtivo, que ele possuía porque a sua memória não era satisfatoriamente controlada (ORWELL, 2004, p. 36).

Em relação a esta mesma informação, logo em seguida faz outro questionamento revelando suas lembranças, ainda ao afirmar que

o Partido dizia que a Oceania jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceania fora aliada da Eurásia não havia senão quatro anos. Onde, porém, existia esse conhecimento? Apenas em sua consciência, o que em todo caso devia ser logo aniquilado. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os anais dissessem a mesma coisa – então a mentira se transformava em história, em verdade (ORWELL, 2004, p. 36).

E a constante alteração dos dados, junto com a inexistência de liberdade de expressão, não permitia que nenhuma memória fosse duradoura. Halbwachs (2006) acrescenta ainda que “é exatamente assim em todos os casos em que outros reconstróem para nós eventos que vivemos com eles, sem que pudéssemos recriar em nós a sensação do *déjà vu*” (HALBWACHS, 2006, p.34). E esta alteração acontece em todas as instâncias da sociedade, em qualquer circunstância que não esteja consoante com o que ocorreu. Winston descreve como acontecia,

esse processo de alteração contínua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias – a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto, o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude (ORWELL, 2004, p. 41).

Assim, qualquer situação ou pessoa pode ser apagada dos jornais e livros, desde que fosse útil esta prática para o Partido em um determinado momento. Percebe-se que com esta prática não há nenhuma possibilidade de construção de memória, mas uma manipulação de informações que impede que qualquer lembrança possa contar uma história e ter um caráter coletivo. Aliás, não pode haver a menor chance de que as memórias venham aflorar no pensamento das pessoas ou ainda de que estas sejam capazes de armazenar informações de fatos vividos no passado. Não existe memória coletiva, já que não há a possibilidade de lembrar mediante a presença do grupo (HALBWACHS, 2006). Todas as lembranças ficam turvas e a intenção é que não existam resquícios do passado. Ainda que porventura venham à memória, os artifícios empregados como forma de controle impedem que os quadros sociais se manifestem. Fica impossível a construção de uma relação entre a memória individual e coletiva, pois não será possível a uma pessoa se recordar de lembranças de um grupo com o qual não se identifica. Cada indivíduo vive restrito ao que lhe é possível, ou permitido, e as lembranças não podem fazer parte deste quadro. Não é possível a reconstrução do passado por cada indivíduo separadamente, com particularidades e lembranças que cada um carrega de *per si*. Na sociedade descrita por Orwell o indivíduo pertence a um grupo, mas ele não possui nenhuma identidade, é descaracterizado e não consegue distinguir o seu próprio passado,

impossibilitando que se constitua qualquer tipo de memória, seja social ou coletiva. “Não é fazendo ouvir a nossa voz, mas permanecendo são de mente que preservamos a herança humana.” (ORWELL, 2004, p.29), esta é uma reflexão de Winston sobre a sua condição, pouco antes de escrever algo no seu diário, e que reflete o quanto ele se sentia limitado em suas ações por aquele sistema.

A Novilíngua, que é o idioma falado na Oceania, também é estruturada de forma a agir e regular a vida das pessoas. Todo o sistema de construção desta linguagem baseia-se na indução do pensamento para atender aos objetivos do Partido. Assim como os fatos se alteram, este método ainda não está pronto, e continua em constante aprimoramento, pois a linguagem não é estática, ela é dinâmica. E mudar uma linguagem é algo tão sutil que, mesmo para os padrões da Oceania, isto levaria tempo. Syme, um especialista em Novilíngua que trabalhava no Departamento de Pesquisa na organização da Décima Primeira Edição do Dicionário de Novilíngua, era um camarada de Winston, pois amigos não seria a palavra mais correta para designá-los naquela sociedade. E é ele quem explica como acontecem estas intervenções na linguagem.

- A Décima Primeira Edição será definitiva - disse ele. – Estamos dando à língua a sua forma final... a forma que terá quando ninguém mais falar outra coisa. Quando tivermos terminado, gente como tu terá que aprendê-la de novo. Tenho a impressão de que imaginas que o nosso trabalho consiste principalmente em inventar novas palavras. Nada disso! Estamos destruindo palavras, às dezenas, às centenas, todos os dias. Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples. A Décima Primeira Edição não conterà uma única palavra que possa se tornar obsoleta antes de 2050 (ORWELL, 2004, p. 52).

A intenção do Partido é privar a população de qualquer espécie de vocabulário que possa conter idéias subversivas, contrárias à ideologia. Desta forma, será praticamente impossível pensar em algo para o qual não existe uma maneira de se expressar. E este trabalho se estende também à literatura, de forma que não existirá nada que contrarie o Partido. E é ainda o linguista Syme quem esclarece a este respeito para Winston.

- Por volta de 2050, ou talvez mais cedo, todo verdadeiro conhecimento da Anticlíngua terá desaparecido. A literatura do passado terá sido destruída, inteirinha. Chaucer, Shakespeare, Milton, Byron... só existirão em versões Novilíngua, não apenas transformados em algo diferente, como transformados em obras contraditórias do que eram. Até a literatura do Partido mudará. Mudarão as palavras de ordem. Como será possível dizer “liberdade é escravidão”, se for abolido o conceito de liberdade? Todo o

mecanismo do pensamento será diferente. Com efeito, *não haverá* pensamento, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar... não precisa pensar. Ortodoxia é inconsciência (ORWELL, 2004, p. 54).

Com estas alterações, as palavras que são suprimidas e as outras que são criadas, e todos os slogans que são repetidos infinitamente ao longo do dia, prestam-se aos interesses do Partido de preservar o domínio a qualquer custo nos corações e mentes dos cidadãos, reforçando cada vez mais as verdades absolutas nas quais devem acreditar. Os livros foram escritos novamente ou foram destruídos, e com isto toda a memória das civilizações passadas também acabou, contrariando, novamente, os pressupostos de Halbwachs (2006) a respeito do conceito de memória coletiva, pois nesta situação não há possibilidade de que ela exista. Quando a Novilíngua estiver totalmente implementada, não será possível compreender o passado, pois qualquer vestígio que restar estará desvinculado de qualquer experiência do presente, dificultando, ou impossibilitando, a sua compreensão. O livro de Goldstein descreve como será a vida das pessoas quando “sem contato com o mundo externo e com o passado, o cidadão da Oceania é como um homem no espaço interestelar, que não tem meios de saber que direção leva para baixo ou para cima” (ORWELL, 2004, p. 191). E esta situação estará em conformidade com o que importante para o Partido, ao que ele prega. As verdades são absolutas e não há nada além do que ele proclama para os indivíduos, a vida é o que o Partido diz que é. As pessoas conhecem apenas a realidade ideológica veiculada por ele.

O controle das informações pelo Miniver era burocratizado e organizado, as orientações sobre o que deveria ser mudado sempre obedeciam a ordens superiores, “não se sabia como, nem onde, ficava o cérebro orientador, que coordenava todo o trabalho e fixava diretrizes, mandando conservar este ou aquele fragmento do passado, falsificar outro, e eliminar completamente aquele outro” (ORWELL, 2004, p. 44). Como não existe uma memória coletiva registrada, além da que o Partido dita como tal, torna-se possível os abusos e as manipulações. Estes tipos de procedimentos, que expõem a fragilidade do homem, revelam também os temores de Orwell sobre a opressão por meio da linguagem que poderia acontecer..

Outro recurso muito utilizado pelo governo da Oceania eram os famosos buracos da memória, que tornavam os apagamentos da memória, na forma da destruição de papéis com informações, uma rotina na vida dos cidadãos. Esta estratégia condicionava os cidadãos a serem agentes do seu próprio apagamento, da destruição de suas memórias. E era uma ação tão mecânica que se incorporou à rotina como algo natural e eles eram assim descritos como

aberturas idênticas existiam aos milhares, ou às dezenas de milhares, em todo o edifício, não apenas nas salas, como a pequenos intervalos, nos corredores. Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que algum documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel usado largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalguma parte, nas entranhas do prédio (ORWELL, 2004, p. 39).

Era conveniente que não existissem provas escritas, registros de memórias indesejáveis, pois qualquer rastro que contrariasse os proclames do Partido constituía um perigo para a manutenção da ideologia.

Os governos das sociedades distópicas dão uma atenção muito grande à linguagem não apenas por saberem ser ela uma ferramenta importante quando a intenção é controlar e manipular a população, mas porque tem conhecimento do imenso poder ideológico que ela abarca. O controle da linguagem é feito com a intenção de limitar a percepção da realidade e com isto o pensamento, que é o interesse principal destes governos.

Os avanços tecnológicos propiciaram condições para que este controle fosse mais eficiente. Quando Orwell escreveu **1984** já existia certo desenvolvimento em relação aos meios de comunicação e, na sua concepção de governo totalitário, alguns aparelhos poderiam interferir na vida das pessoas diretamente, além de poderem ser aliados às propagandas que eram veiculadas pelo governo. Novamente, o livro de Emmanuel Goldstein discorre sobre as possibilidades que se apresentam a partir dos aparatos tecnológicos que surgiram.

A invenção da imprensa, contudo, tornou mais fácil manipular a opinião pública, processo que o filme e o rádio levaram além. Com o desenvolvimento da televisão e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente pelo mesmo instrumento, a vida particular acabou. Cada cidadão, ou pelo menos cada cidadão suficientemente importante para merecer espionagem, passou a poder ser mantido vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia e ao alcance da propaganda oficial, fechados todos os outros canais de comunicação. Existia pela primeira vez a possibilidade de fazer impor não apenas completa obediência à vontade do Estado, como também completa uniformidade de opinião em todos os súditos (ORWELL, 2004, p. 198).

Na visão de Orwell o uso da tecnologia poderia vir a ser usado de forma a conseguir uma opressão política que serviria muito bem aos objetivos propostos pelos membros do Partido. A imprensa cumpriria um papel de destaque ao suggestionar os valores e padrões de

comportamento sobre a população com a sua produção de livros, jornais e revistas voltada para este fim. Com a possibilidade de criar uma realidade conforme os interesses políticos, por meio do Departamento de Registro, a imprensa forja a história, usando os equipamentos e os profissionais envolvidos nela, condicionando tudo ao poder do Partido. As informações na sociedade da Oceania são mutáveis, tudo é feito observando uma intencionalidade referente a cada situação.

O Departamento de Registro era de uma complexidade imensa, nem mesmo as pessoas que nele trabalhavam tinham a real noção de seu tamanho e alcance. Winston relata a existência de grandes oficinas gráficas e estúdios de fotografia bem equipados e os mais variados tipos de funcionários que ali trabalham para aquele governo. Ele descreve uma “seção de teleprogramas com os seus técnicos, seus produtores, e as equipes de atores escolhidos especialmente pelo talento na imitação de vozes” (ORWELL, 2004, p. 44). A função destes profissionais era regravar as declarações que não estivessem em consonância com as idéias veiculadas pelo Partido em um determinado momento, novamente um exemplo de abuso da memória pela manipulação da mesma.

Existiam os mais diversos setores, que se ocupavam de todas as esferas. Winston descreve que

havia toda uma série de departamentos autônomos que tratavam de literatura, música, teatro e divertimentos proletários em geral. Neles eram produzidos jornalecos ordinários que continham pouca coisa mais que notícias de esporte, polícia e astrologia, sensacionais noveletas de cinco centavos, filmes transbordando de sexo e canções sentimentais compostas inteiramente por meios mecânicos numa espécie de caleidoscópio especial denominado versificador. Havia até uma subseção inteira – a PORNOSÉC, como a chamavam em Novilíngua – dedicada à produção da pornografia mais reles, em envelopes fechados, e que nenhum membro do Partido, além dos que nela trabalhavam, tinha licença de ver (ORWELL, 2004, p. 44).

Percebe-se que nenhuma área escapava ao alcance dos braços do Partido. Eram usadas, intencionalmente, algumas situações para dar a impressão de que se estava fazendo algo proibido. Julia descreve, por exemplo, que os livros “eram comprados furtivamente por jovens proles, que tinham a impressão de adquirir algo ilegal” (ORWELL, 2004, p. 126). Naturalmente era uma estratégia pensada pelos membros do alto escalão do Partido com a intenção de manter o controle sobre os proles. A venda de pornografia era feita de maneira que desse a impressão de ser um ato proibido. Em uma sociedade na qual não eram permitidos prazeres, festas e alegrias a pornografia, para os proles, funcionava como uma válvula de escape, já que criaria a sensação do proibido, da transgressão. Na verdade, era novamente

uma manipulação, pensada em todos os detalhes, para garantir que o domínio sobre aquelas pessoas estivesse garantido.

Existiam alguns rituais na Oceania, como os Dois Minutos de Ódio, quando todas as atividades eram interrompidas e declarava-se o ódio aos gritos e berros a algum inimigo em potencial do Partido. O alvo principal era Emmanuel Goldstein, e sempre sua face surgia nas telas nestes momentos.

O programa dos Dois Minutos de Ódio variava de dia a dia, sem que porém Goldstein deixasse de ser o personagem central cotidiano. Era o traidor original, o primeiro a conspirar a pureza do Partido. Todos os subsequentes crimes contra o Partido, todas as traições, atos de sabotagem, heresias, desvios, provinham diretamente dos seus ensinamentos (ORWELL, 2004, p. 14).

Os Dois Minutos de Ódio garantiam a eficácia da manipulação da consciência das pessoas, pois tudo parava e todos repetiam a plenos pulmões as palavras de desprezo aos inimigos do Partido e era impossível não ser influenciado por aquela atmosfera. Winston descreve como era terrível a sensação de participar destes momentos de fúria coletiva quando,

num momento de lucidez, Winston percebeu que ele também estava gritando com os outros e batendo os calcanhares violentamente contra a travessa da cadeira. O horrível dos Dois Minutos de Ódio era que, embora ninguém fosse obrigado a participar, era impossível deixar de se reunir aos outros. Em trinta segundos deixava de ser preciso fingir. Parecia percorrer em todo o grupo, como uma corrente elétrica, um horrível êxtase de medo e vingança, um desejo de matar, de torturar, de amassar rostos com um malho, transformando o indivíduo, contra a sua vontade, num lunático a uivar e fazer caretas. E no entanto a fúria que se sentia era uma emoção abstrata, não dirigida, que podia passar de um alvo a outro como a chama dum maçarico (ORWELL, 2004, p. 126).

Esta estratégia condicionava cada vez mais a população a um estado de letargia mental, pois o que importava era cultivar o ódio contra quem fosse o escolhido da vez, que representasse um perigo e, se não existisse um inimigo, ele seria criado para atender àquela finalidade. Sempre havia um indesejado, pessoa ou nação, contra o qual seria desferido todo o ódio, pois este sentimento mina as possibilidades de esperança do ser humano e é exatamente assim que eles queriam que a população da Oceania se encontrasse, portanto, tudo era feito e arquitetado com este fim. Percebe-se como a memória coletiva é destruída e manipulada incessantemente pelo Partido. O objetivo é destruir todas as lembranças e deixar a mente das pessoas vazia, assim elas estariam na situação ideal: sem pensar e querer algum.

Outro ritual que acontecia era a Semana do Ódio, também com o mesmo objetivo de incitar a raiva e a desconfiança na população e, para as atividades deste período, todos os ministérios trabalhavam arduamente nos preparativos, indo sempre além dos horários previstos, que já eram massacrantes, para que tudo ficasse pronto e a contento para esta semana.

Passeatas, comícios, paradas militares, conferências, exposições de bonecos de cera, sessões cinematográficas, programas de teletela, era preciso organizar tudo; era preciso montar palanques, fazer efígies, inventar lemas, escrever canções, circular boatos, falsificar fotos. Os colegas de Júlia, no Departamento de Ficção, haviam suspenso a produção de novelas e estavam redigindo uma série de panfletos de atrocidades. Winston, além do seu serviço regular, passava longas horas, todos os dias, examinando exemplares atrasados do *Times*, alterando e embelezando tópicos que seriam citados nos discursos (ORWELL, 2004, p. 143).

Existiam músicas que eram compostas especialmente para estes dias, também para aumentar o ódio e o medo nas pessoas. E a maneira como elas eram divulgadas, para se tornarem conhecidas e cantadas por todos, não poderia ser diferente.

A nova melodia que seria prefixo musical da Semana do Ódio (“Canção do Ódio”, era o seu título) já fora composta e era tocada incessantemente nas teletelas. Tinha um ritmo selvagem, de latidos, que não podia exatamente ser chamado de música, e parecia o rufar de um tambor. Entoadada por centenas de vozes, ao som de passos em marcha, era aterrorizante. Os proles a haviam adotado e nas ruas, à noite, competia com a sempre popular “Foi apenas uma fantasia desesperada” (ORWELL, 2004, p. 144).

Estas ações compreendiam uma parte do adestramento mental que o governo aplicava sistematicamente na população. Como parte deste processo, existiam os nomes de alguns produtos que se referiam ao objetivo do Partido, mas que na verdade significavam uma grande demagogia para a população em geral: Gim Vitória, Cigarros Vitória, Mansão Vitória. Todos os estratagemas do Partido visavam criar uma nação de pessoas conformistas e, mais ainda, que aquelas que nascessem e crescessem neste ambiente não teriam chances de se insubordinarem e rebelarem. Para que não houvesse nenhuma possibilidade de que em algum momento começassem a aparecer pessoas com idéias contrárias ou questionadoras, que colocasse em risco este doutrinamento, tornava-se necessário um expediente o mais eficaz possível para que o totalitarismo que era aplicado fosse aceito como algo muito natural. Para isto, entram em cena as teletelas, que cumprem o papel de manter cada cidadão sob vigilância constante.

Nenhum outro artefato tecnológico possui mais importância na narrativa orwelliana quanto estes aparelhos que são os olhos, os ouvidos e a voz do Partido e possibilita que tudo e todos sejam constantemente observados pelo Grande Irmão e

this is certainly the case in Orwell's Oceania, whose Party members must live with the knowledge that they may be constantly under surveillance. As the book's memorable slogan announces, "Big Brother Is Watching You". Party members thus modify their behavior accordingly, assuming themselves to be under surveillance at all times. Among other things, this awareness of always being watched helps to suppress individuality, since Party members know that they are never truly alone. The very nature of human subjectivity in Oceania is thus modified by this ever-present surveillance, increasing the interpellating power of the telescreens (BOOKER, 1994, p. 79)¹³.

Elas corroboram com a patrulha da Polícia do Pensamento, "impossível saber com que frequência, ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo" (ORWELL, 2004, p. 6), fazendo com que fosse cada vez mais eficaz a vigilância sobre a vida das pessoas, observando cada atitude e detalhe da rotina delas. A Polícia do Pensamento era a mais aterrorizante de todas as patrulhas, ela vigiava cada expressão, cada ato mesmo que impensado e interpretava cada reação como queria, o que tornava mais intimidador sua atuação, para Winston "só importava a Polícia do Pensamento" (ORWELL, 2004, p. 6).

As teletelas regulavam a vida das pessoas em todos os momentos, desde quando se levantavam, acompanhando-as em todas as atividades ao longo do dia, até o momento de deitarem. Como vigiavam todos os passos, denunciavam imediatamente tudo que lhes soasse estranho ou diferente do que deveria ser para os padrões da Oceania, deve-se entender por este interpretar qualquer atitude mesmo que descuidada, sem intenção alguma. As pessoas não podiam nem mesmo expressar alguma reação que denotasse cansaço, estranheza, enfim, tudo era absolutamente vigiado. Nada que fosse peculiar seria permitido, com isto o que acontecia era a padronização do comportamento, que pretendia e estendia-se a uma padronização do

¹³ Este é certamente o caso na Oceania de Orwell, cujos membros do Partido devem viver sabendo que podem estar sob vigilância constante. Como o inesquecível slogan do livro anuncia, "O Grande Irmão Zela Por Ti". Os membros do Partido, assim, modificam seu comportamento, assumindo estarem sob vigilância em todos os momentos. Entre outras coisas, esta consciência de se estar sempre vigiado ajuda a suprimir a individualidade, uma vez que eles sabem que nunca estão realmente sozinhos. A própria natureza da subjetividade humana na Oceania é assim modificada por esta vigilância sempre presente, aumentando o poder de interpelação das teletelas.

pensamento. Winston tinha certeza de que até as batidas do coração dele podiam ser ouvidas pela teletela, tamanho o temor que era incutido nas pessoas.

O grande diferencial das teletelas, e que caracteriza Orwell como um visionário em relação ao que o homem poderia criar, é que este artefato recebia e também transmitia mensagens simultaneamente. Isto era algo muito à frente do seu tempo, mesmo para as mentes mais otimistas em relação às possibilidades que a tecnologia poderia proporcionar.

O conteúdo das informações veiculadas pelas teletelas era basicamente com a intenção de propagandear as vitórias da Oceania, fornecer os dados sobre as produções dos outros Ministérios e ao mesmo tempo de disciplinar com rigor cada vez maior o comportamento da população, e isto assim era feito em relação a qualquer indivíduo daquela sociedade,

nada do que ele faz é indiferente. Suas amizades, seus divertimentos, sua conduta em relação à esposa e aos filhos, a expressão de seu rosto quando está só, as palavras que murmura no sono, e até os movimentos característicos do seu corpo, é tudo cuidadosamente analisado. É certo que descobrem não apenas as mais minúsculas infrações, como qualquer excentricidade, por pequena que seja, qualquer modificação de hábitos, qualquer maneirismo nervoso que possa ser o sintoma de uma luta íntima. Não tem liberdade de escolha em direção alguma. Por outro lado, seus atos não são regulados pela lei nem por nenhum código legal claramente formulado. Na Oceania não existe lei. Pensamentos e atos que, descobertos, resultariam em morte certa, não são formalmente proibidos, e os intermináveis expurgos, prisões, torturas, detenções e vaporizações não são infligidos como castigo por crimes realmente cometidos, mas são apenas a liquidação de pessoas que poderiam talvez cometer um crime no futuro (ORWELL, 2004, p. 203).

O governo da Oceania promovia a instabilidade do indivíduo, cerceando sua vida cotidiana, seu pensamento. O controle tornava-se mais eficiente na medida em que este domínio silenciava toda a população, não apenas pelo ato de falar propriamente dito, mas por todas as limitações que conduziam ao silêncio da alma, que é a pior situação na qual um ser humano pode se encontrar. Winston, ao final da trama, era uma casca, estava oco, desprovido de toda e qualquer emoção, “parecia ter perdido o poder do esforço intelectual, (...). Não estava aborrecido; não tinha o menor desejo de conversa ou distração” (ORWELL, 2004, p. 263). O Partido conseguiu reduzi-lo a um ser, ou talvez corpo, ideal depois da seção de tortura e de passar pela tão temida sala 101. Como ele haviam milhares, que estavam prontos para serem moldados pelo Partido e que em nada lembravam um homem em sua verdadeira essência.

Entre todas as situações que caracterizam um governo totalitário apresentadas na narrativa distópica de **1984**, a manipulação da linguagem é a maior de todas e que Orwell, de maneira brilhante, foi capaz de retratar. Booker destaca esta característica ao pontuar que

the most powerful interpellating force in Oceania is probably language itself. The attempts of the Party of Orwell's *1984* to produce conformity and obedience in its members through the proliferation of a new language designed for that purpose represent probably the best know and most overt example of this kind of dystopian control of language. Orwell's Party diligently works not only to produce mechanical cultural products but make language itself mechanical through the development of "Newspeak", an official language the authoritarian intentions of which are made clear in the book (BOOKER, 1994, p. 80)¹⁴.

O poder inebria e, quanto maior ele é, mais desejado se torna. Quem o possui dificilmente quer perdê-lo. E a possibilidade de decidir o que e por que falar, ou não ter o que falar, é uma força tão poderosa que ultrapassa todos os limites de compreensão da liberdade humana. Se o homem perde a sua capacidade de sonhar, de memorizar, de se expor, de se alegrar, de rebelar, então não é mais um ser humano, está vazio, sem alma, sem memória.

A seguir serão elencadas as considerações a respeito da obra de Ray Bradbury, **Fahrenheit 451**, na qual a linguagem será apresentada como um instrumento libertador.

¹⁴ A força interpeladora mais poderosa na Oceania é, provavelmente, a própria linguagem. As tentativas do partido de Orwell em *1984* de produzir conformidade e obediência em seus membros por meio da proliferação de uma nova linguagem, criada com este fim, representa provavelmente o mais conhecido e mais evidente exemplo deste tipo de controle distópico da linguagem. O Partido de Orwell diligentemente trabalha não só para produzir produtos culturais mecânicos, mas para tornar a própria linguagem mecânica por meio do desenvolvimento da Novilíngua, uma língua oficial de intenções autoritárias que se tornam claras no livro.

6 FAHRENHEIT 451 E O CONTRA-DISCURSO UTÓPICO

By this time [1953] we were deeply into the McCarthy period. McCarthy had bullied the Army into removing some ‘tainted’ books from the overseas libraries. Former General now President Eisenhower, one of the few brave ones that year, ordered the books put back on the shelves.

Meanwhile, our search for a magazine publisher to print of Fahrenheit 451 came to a dead end. No one wanted to take a chance on a novel about past, present or future censorship¹⁵.

Ray Bradbury

6.1 Ray Bradbury e sua obra

O romancista e contista americano Ray Douglas Bradbury nasceu em Waukegan, Illinois em 22 de agosto de 1920. Com onze anos de idade ele começou a escrever suas primeiras histórias em um simples papel de embrulho e tornou-se conhecido no mundo todo posteriormente por seus livros de FC.

Ray Bradbury formou-se na escola secundária em 1938, mas continuou seus estudos como autodidata enquanto trabalhava vendendo jornais. Como começou a escrever muito jovem, teve seu primeiro conto, **Hollerbochen’s Dilemma**, publicado em 1938 em **Imagination!**, uma revista feita de forma amadora para os aficionados por FC e o mesmo saiu em 1942 na **Weird Tales**, a legendária revista de FC que lançou grandes nomes como H. P. Lovecraft. Em 1941 o conto **Pendulum**, que foi escrito em parceria com Henry Hase, sai na revista **Super Science Stories**. Já em 1942 escreveu o conto **The Lake**, com o qual consolidou o seu estilo de escrita, que é um mescla de ficção científica, terror e suspense.

À medida que escrevia para shows populares de televisão como **Alfred Hitchcock Presents** e **The Twilight Zone**, sua redação de textos de FC ia se aperfeiçoando cada vez mais. Como o gosto pela escrita fazia parte de sua vida e já estava vivendo de seus escritos, começou a aventurar-se em outros campos, como na produção de roteiros para cinema. O

¹⁵ Nessa época [1953] estávamos no período McCarthy. McCarthy tinha intimidado o Exército para remover alguns livros ‘contaminados’ das bibliotecas no exterior. O ex-general agora presidente Eisenhower, um dos poucos corajosos daquele ano, ordenou que os livros fossem colocados de volta nas prateleiras. Enquanto isso, nossa busca por uma editora de revistas para imprimir Fahrenheit 451 chegou a um beco sem saída. Ninguém queria dar uma chance a um romance sobre a censura no passado, presente ou futuro.

filme **Moby Dick**, que foi estrelado por Gregory Peck, tem a sua autoria e com ele ganhou o Oscar em 1956, pelo melhor roteiro.

A publicação de suas melhores histórias em **Martian Chronicles**, uma coletânea de vinte e seis contos, em 1950, foi um marco e chamou a atenção de outras revistas de prestígio do gênero. Neste trabalho ele relata as tentativas dos terrestres de colonizarem o planeta Marte, o que já era um reflexo das angústias e ansiedades que permeavam a sociedade americana na década de cinquenta, face ao perigo de uma guerra nuclear. No entanto, alguns críticos consideram que estas narrativas poderiam ser descritas como poéticas e não ainda como ficção científica genuína. Mas este trabalho foi importante pois, a partir dele, Bradbury se estabeleceu definitivamente como um dos principais escritores americanos de FC.

Na primavera de 1950, enquanto vivia com sua família em uma casa humilde em Venice, Califórnia, ele começou a escrever o que tornaria-se, posteriormente, **Fahrenheit 451**. Estes primeiros escritos foram feitos em uma máquina de escrever, que era paga por hora para ser usada, no porão da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. A primeira versão, mais curta, ficou pronta em nove dias e tinha o título de **The Fireman**, e já apontava para o mesmo viés futurista distópico de **1984**, de George Orwell. Finalmente, em 1953, ele publica seu primeiro romance, **Fahrenheit 451**, no qual apresenta uma crítica aos meios de comunicação e ao excessivo conformismo que dominava a sociedade. Este livro foi um grande sucesso e tornou-se o seu trabalho mais popular e mais lido de ficção. Ele produziu uma versão para o teatro deste romance e, posteriormente, foi feita uma adaptação para o cinema dirigida por François Truffaut, que foi muito bem aceita pela crítica em 1967.

Ray Bradbury não se dedicou apenas à ficção científica e literatura fantástica, mas escreveu alguns livros realistas e também outros relatos policiais, todos marcados pela universalidade de temas. Além dos seus romances, roteiros para cinema e televisão, ele escreveu dois musicais, foi co-autor em outras duas produções deste gênero e foi colaborador em um curta de animação que foi indicado ao Oscar, chamado **Icarus Montgolfier Wright**. Concomitante a isto, começou a sua própria série de televisão, **The Ray Bradbury Theatre**.

Ele recebeu muitos prêmios por seu trabalho como escritor e, como parte deste reconhecimento, foi homenageado em várias ocasiões como o *Aviation-Space Writer's Association Award*, o *World Fantasy Award for Lifetime Achievement* e o *Grand Master Nebula Award*, todos eles destaques importantes na área de produção literária de FC americana. No ano de 2000 foi agraciado com um dos maiores prêmios na literatura americana, o *National Book Award*. Outro reconhecimento notável, e muito especial, foi feito

pelos astronautas da nave Apollo, que deram o nome à Cratera Dandelion, na lua, em homenagem ao seu romance **Dandelion Wine**. Ele é considerado por todos como um dos mestres do gênero FC e tem o seu lugar de destaque ao lado de outros grandes talentos visionários desta linhagem literária como Julio Verne, H. P. Lovecraft, George Orwell, Arthur C. Clarke, Philip K. Dick, entre outros.

Ray Bradbury faleceu em 6 de junho de 2012 em Los Angeles.

6.2 O enredo

Em **Fahrenheit 451** a ação da trama acontece nos Estados Unidos em um tempo futuro, mas não são feitas referências a nenhuma cidade em especial. Apesar de o lugar não ser especificado, é apresentado como um espaço tecnologicamente sofisticado e desenvolvido, com todas as comodidades e conveniências da vida moderna, que são percebidas conforme os personagens descrevem situações cotidianas como, por exemplo, quando Montag “na porta de sua casa, enfiou a mão no orifício em forma de luva e seu toque foi identificado. A porta deslizou, abrindo-se” (BRADBURY, 2009, p.24).

A sociedade descrita estava ameaçada por uma destruição nuclear, mas isto não era uma preocupação para ninguém, mesmo com os barulhos ensurdecedores de jatos que às vezes sobrevoavam a cidade. As pessoas viviam completamente alienadas e estavam entregues a prazeres hedonistas, em um mundo cercado por diversões banais no qual as televisões, ou telões, eram a principal atração. Aos poucos os hábitos de leitura e os livros foram deixados de lado e as pessoas chegaram a um ponto de dependência tal destes aparelhos que as visitas que, por ventura, recebiam, eram para assistirem juntas aos mesmos programas televisivos, interagindo com os apresentadores e tornando esta uma das principais atividades a serem feitas no seu cotidiano.

Neste mundo futurista, muitas situações são diferenciadas, sendo que uma delas é a característica das casas serem à prova de fogo. Assim, os bombeiros não apagam incêndios, mas a função deles passa a ser outra que é oposta a que usualmente desempenhariam: devem atear fogo e destruir todo e qualquer livro que porventura encontrarem. Isto explica o próprio título do livro, **Fahrenheit 451**, que é a temperatura na qual o papel entra em combustão.

A forma de governo e o sistema econômico não são definidos, mas parece tratar-se de um regime totalitário, o qual é expresso pela vigilância contínua e a fiscalização, feita pelos bombeiros, de possíveis pessoas que se insubordinam às regras sociais propostas, em especial a posse de livros.

O personagem principal é Guy Montag, um bombeiro que passará por mudanças profundas em suas convicções pessoais, que serão descritas ao longo da trama, a começar por seu próprio trabalho. Ele (quando começa a questionar se) questiona se

teria ele visto alguma vez um bombeiro que não tivesse os cabelos pretos, as sobrancelhas pretas, um rosto feroz e uma feição azul-aço, com a barba feita, mas como se não tivesse sido feita? Esses homens pareciam todos feitos à sua imagem! Seriam todos os bombeiros escolhidos por suas feições, bem como por suas inclinações? (BRADBURY, 2009, p.54).

Ele se enxergava nos seus colegas de profissão, como se todos fossem iguais, já adiantando nesta inquietação as transformações que estariam por acontecer.

Existem algumas curiosidades a respeito do nome Montag. Por exemplo, Bradbury declarou em algumas entrevistas que, anos após ter escrito o livro, descobriu que este era coincidentemente o nome de uma companhia de papel, o que o torna mais adequado ainda ao personagem. Em alemão, Montag significa segunda-feira, e esta simbologia sugere algumas interpretações. Pode ser o início da semana de trabalho na cultura ocidental e evocar o recomeço de uma jornada, de uma missão, o que também está relacionado à situação dele na trama. Esta relação nominal com a língua alemã não é por acaso, pois a intenção do autor é suscitar a lembrança dos períodos das guerras mundiais provocadas pelos alemães e todo tipo de destruição que aconteceu em decorrência disto, como a queima de livros julgados proibidos pelos nazistas e a falta de liberdade pessoal. O primeiro nome, Guy, é também uma clara referência a Guy Fawkes, que é lembrado na cultura britânica por não concordar com as idéias do Rei James I e a tentativa, frustrada, de matar o monarca com explosivos. Esta data é celebrada com fogueiras e queima de bonecos representando Guy Fawkes no dia cinco de novembro, data na qual o rei seria morto. Em **Fahrenheit 451** foi provavelmente neste dia que aconteceu a destruição da cidade.

A princípio, Montag parecia ser um homem feliz e satisfeito com a vida e o trabalho que tinha. Era casado com Mildred, uma consumidora voraz de pílulas e que costumava passar os dias a assistir televisão, participando de programas interativos. Esta era a rotina de Montag, de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Assim ele vivia passivamente, executando o seu trabalho com presteza e sem se preocupar com o motivo pelo qual, eles, os bombeiros, queimavam os livros. Esta aparente calma será interrompida por duas situações que serão divisores de água na vida dele. A primeira será quando um dia, no metrô, uma jovem chamada Clarisse McClellan o interpelar e começar a questioná-lo a respeito da

atividade dos bombeiros, trazendo à tona situações sobre as quais ele nunca havia se interrogado. Na primeira vez que conversou ela já mostrou que era diferente quando assim se apresentou:

- Bem – disse ela -, tenho dezessete anos e sou doida. Meu tio diz que essas duas coisas andam sempre juntas. Ele disse: quando as pessoas perguntarem sua idade, sempre diga que tem dezessete anos e que é maluca. Não é uma ótima hora da noite para caminhar? Gosto de sentir o cheiro das coisas e olhar para elas e, às vezes, fico andando a noite toda e vejo o sol nascer (BRADBURY, 2009, p.20).

A amizade que surgiu entre eles e a visão que Clarisse tinha do mundo foram determinantes para a transformação pela qual Montag passaria.

O outro momento crucial foi quando, em uma atividade de rotina para incinerar uma biblioteca escondida com cerca de mil volumes, na casa de uma senhora, esta se recusa a obedecer à ordem dos bombeiros e, em um gesto extremo, atea fogo ao próprio corpo, queimando-se junto com os seus livros.

- Vá – disse a mulher, e Montag se sentiu recuando cada vez mais para fora da porta, depois de Beatty, descendo os degraus, atravessando o gramado onde o rastro de querosene se estendia como a baba de uma lesma maligna. Na varanda da frente, para onde viera avaliá-los calmamente com os olhos, a mulher parou imóvel; sua impassividade, uma condenação. Beatty estalou o acendedor para atear fogo ao querosene. Ele estava muito atrasado. Montag sufocou um grito. A mulher na varanda estendeu a mão com desdém por todos eles e riscou o fósforo na balaustrada (BRADBURY, 2009, p.63).

A partir de então uma revolução interna começa a acontecer com Montag, seus valores e convicções irão passar por grandes mudanças e ele começará a questionar as regras do lugar onde vive. Um certo dia, ele decide-se por ler um livro e esta ação proibida, e até pouco tempo improvável para um bombeiro, começa a operar uma transformação profunda naquele homem, uma verdadeira catarse.

Em sua narrativa, Ray Bradbury destaca o papel do livro enquanto elemento de formação de opinião, pois é ele o responsável por existirem cidadãos conscientes e atuantes no mundo. O conformismo e a alienação que são apresentados funcionam como crítica, já que estes tipos de comportamento não geram questionamentos, incertezas, mudanças e crescimento, mas tornam as pessoas alvos fáceis e passíveis de manipulação.

6.3 A linguagem como instrumento libertador

A narrativa distópica de **Fahrenheit 451** aborda questões que se inserem no gênero de FC sociológica e se definem pela preocupação com o futuro do homem e sua vulnerabilidade diante das situações desencadeadas pelo desenvolvimento cada vez maior da ciência, visto que esta estava ocupando um espaço sem precedentes na vida das pessoas.

Bradbury discorre a respeito dos avanços tecnológicos que, cada vez mais, tornam-se mais invasivos, e ocupam espaço antes destinado a tradições, valores e reflexões. Conforme discorre Zippes, estas questões são importantes, mas deve-se levar em consideração também que

Fahrenheit 451 é discutido em termos de problemas mundiais de forma geral, quando ele é essencialmente delimitado pela realidade do início dos anos 1950 na América e é especificamente sobre as crises que põem em perigo o tecido da sociedade norte-americana que dizem respeito à narrativa. A caça às bruxas de McCarthy, a Guerra Fria, a Guerra da Coréia, a rápida emersão da televisão como um fator determinante da indústria cultural, a expansão da publicidade, o abuso da tecnologia a partir do complexo militar-industrial, a degradação das massas – esses são fatores que servem para construir *Fahrenheit 451* como um romance Norte-Americano (ZIPPEES apud KOPP, 2011, p.225).

Bradbury teceu suas críticas ao que considerava um perigo à liberdade de pensamento, pois que, enquanto escritor sabia quão importante eram os livros na formação do indivíduo, e antevia já na sua época problemas em relação a este aspecto. Entretanto, ele também apresentou em sua obra situações que já haviam acontecido em outros lugares e que ele também considerava como cerceadoras do pensamento e da liberdade de expressão. Como exemplo, a queima de livros feita pelos nazistas e que, em **Fahrenheit 451**, acontece como um ritual, de forma a marcar a presença do estado, por meio dos bombeiros, e de mostrar o controle sobre a vida das pessoas. A lealdade ao estado, que remete ao comunismo soviético, é outra situação que ele destaca, e que deve sobrepor a qualquer outra, mesmo que familiar. Por este motivo é que Montag é denunciado por Mildred pelo fato de esconder livros em sua casa, sendo que em momento algum ela questionou os laços afetivos que os uniam. As pessoas que porventura apresentavam um comportamento considerado suspeito ou subversivo para os padrões, simplesmente desapareciam, lembrando também práticas adotadas por regimes totalitários.

Entretanto, o que diferencia a obra apresentada por Bradbury é que ele centra sua crítica na morosidade e passividade das pessoas, na falta de reação face ao que lhes é apresentado, e que culmina por conduzir a um estado de letargia mental. Esta situação de

passividade não deixa margens para que as pessoas tenham uma consciência crítica ou mesmo uma iniciativa ou tentativa de mudança, deixando-se estar à mercê do que está por vir, sem esboçar reação alguma. Maurice Halbwachs discorre sobre este aspecto ao pontuar a importância da memória na construção da história. Ele afirma que

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Sem a possibilidade de escolha do que fazer, e com a retirada dos livros, o que restava era assistir aos programas interativos transmitidos, e permitidos. A história, o que aconteceu ao longo dos anos, nada disto tem importância na vida das pessoas. Montag, durante o processo de transformação, no qual passou a observar e questionar o seu mundo, em algumas situações deixava os pensamentos vagarem sobre situações que parecem banais, mas que mostram a que ponto chegava o controle exercido pelo sistema.

Montag observou pela janela enquanto Beatty se afastava em seu cintilante carro amarelo-fogo com os pneus pretos, cor de queimado. Do outro lado da rua, as casas continuavam com suas fachadas insípidas. O que foi que Clarisse havia dito naquela tarde? “Nenhum alpendre. Meu tio diz que geralmente existiam alpendres. E as pessoas às vezes se sentavam ali à noite, conversando quando queriam conversar; caladas nas cadeiras de balanço, só se balançando quando não queriam conversar. Às vezes simplesmente ficavam ali sentadas, pensando, refletindo. Meu tio diz que os arquitetos eliminaram os alpendres porque não tinham um bom aspecto. Mas meu tio diz que isso não passava de racionalização; o verdadeiro motivo, escondido por baixo, podia ser que não queriam as pessoas sentadas daquele jeito, sem fazer nada, balançando nas cadeiras, conversando; esse era o *tipo* errado de vida social. As pessoas conversavam demais. E tinham tempo para pensar. Por isso, acabaram com os alpendres (BRADBURY, 2009, p.95).

O conformismo das pessoas com a vida que tinham era resultado da passividade a que elas se entregaram. Bradbury conduziu sua crítica mostrando que o fator responsável por aquela condição estava na falta de iniciativa da própria população, **o que está em conformidade ao com o exposto por Le Goff de que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 368). Na sociedade descrita não há memória oral e nem escrita, o que existe é a produção de memória por meio do que é apresentado nos televisores.**

A sociedade apresentada em **Fahrenheit 451** tem uma relação muito estreita com a tecnologia e é completamente dominada por ela. Várias imagens no decorrer do livro mostram diferentes situações que destacam este aspecto. Os carros estão sempre em alta velocidade; o metrô, ou trem pneumático, desliza silenciosamente no seu trilho, sugerindo também um meio de transporte rápido e eficiente; nas casas existem os grandes telões com os programas interativos; os bancos possuem robôs que atendem as pessoas; as casas são revestidas com proteção a prova de incêndios; as teleconchas usadas no ouvido tocam música ininterruptamente; os sabujos mecânicos que protegem e fiscalizam. Todos estes aparatos tecnológicos mais do que prestarem serviços à população servem para manter a omissão e indiferença das pessoas sob total controle, com uma aparente felicidade. Nisto reside a lógica do sistema apresentado em **Fahrenheit**, um estado de torpor consentido em nome da felicidade. “Se não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver, dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum” (BRADBURY, 2009, p.92).

Bradbury em sua obra volta o seu olhar ao que considerava uma ameaça à sociedade, apresenta algumas situações com destaque a elementos que julgava importantes na formação crítica do indivíduo. Sua primeira crítica diz respeito ao livro, o objeto proibido que, quando encontrado, deve ser destruído, pois representa a contravenção, o proibido. O diálogo que acontece entre Beatty e Montag mostra como se iniciou a coerção naquela sociedade.

- Você pergunta quando tudo começou, esse nosso trabalho, como surgiu, onde, quando? Bem, eu diria que ele realmente começou por volta de uma coisa chamada Guerra Civil, embora nosso livro de regras afirme que foi mais cedo. O fato é que não tivemos muito papel a desempenhar até a fotografia chegar à maioridade. Depois, veio o cinema, no início do século xx. O rádio. A televisão. As coisas começaram a possuir *massa* (BRADBURY, 2009, p.83).

Esta transformação do conteúdo, em uma maneira simples, para se adequar ao consumo rápido, ao imediatismo, caracteriza não apenas os meios de comunicação, mas estende-se a toda uma conjuntura que pretende alcançar a educação, a cultura, política, enfim a vida das pessoas. Em sua fala Beatty continua a discorrer sobre esta massificação.

- Resumos de resumos, resumos de resumos de resumos. Política? Uma coluna, duas frases, uma manchete! Depois, no ar, tudo se dissolve! A mente humana entra em turbilhão sob as mãos dos editores, exploradores, locutores de rádio, tão depressa que a centrífuga joga fora todo pensamento desnecessário, desperdiçador de tempo! (BRADBURY, 2009, p.85).

Este tipo de situação, na qual o conteúdo é reduzido e abreviado, implica em criar outras maneiras de se apresentar o conteúdo proposto e que deve prestar-se a criar sensações que promovam o riso, o entretenimento imediato. As informações que ocupavam a mente das pessoas, e que eram apresentadas sem interrupção, também não permitiam que se criasse qualquer mente crítica ou consciência a respeito de qualquer situação. Tudo estava bom exatamente como apresentado.

- Clássicos reduzidos para se adaptarem a programas de quinze minutos, depois reduzidos novamente para uma coluna de livro de dois minutos de leitura, e, por fim, encerrando-se num dicionário, num verbete de dez a nove linhas. Estou exagerando, é claro. Os dicionários serviam apenas de referência. (...) Está vendo? Do berço até a faculdade e de volta para o berço; este foi o padrão intelectual nos últimos cinco séculos ou mais (BRADBURY, 2009, p.84).

E, com estas estratégias, o conteúdo era produzido e apresentado à população de maneira que não apresentava riscos, que não permitiria sua contestação, visto que as pessoas estavam felizes, elas tinham algo com o que se ocupar. Para Jorge Fernando dos Santos “a literatura, a música e o cinema de qualidade são algo mais do que mero passatempo, pois revelam a alma de um povo, e ensinam muito de sua cultura” (SANTOS *apud* Loureiro, 2010, P.202). Então como considerar uma sociedade na qual o conhecimento e a cultura são produzidos consoantes a interesses de um sistema que quer manter-se a qualquer custo no poder? O entretenimento permitido, o acesso à leitura, à música, é feito sob estrita vigilância, pois nem tudo pode ser mostrado. Neste contexto, o que é apresentado, são as mesmas estratégias que falseiam a realidade e querem induzir ao conhecimento fabricado, que não permite a leitura e a construção do próprio saber pelas pessoas, pois isto implicaria em uma consciência crítica, o que é considerado perigoso para os interesses e deve ser evitado, pois “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1990, p. 368).

Ao longo do livro percebe-se uma falsa realidade, que se mantém a custa da alienação dos indivíduos e que mostra

outra terrível dimensão da realidade que é posta no romance e que se reporta à realidade é a manipulação e a alienação que se abatem sobre os homens. A sociedade alienada de **Fahrenheit 451** vive imersa numa felicidade superficial e falsa, que se aproxima da deglutição cotidiana imposta ao grande público pela sociedade de massa e pela indústria do entretenimento, voltado para o consumo e o mercado. Se, por um lado, tudo é mercadoria, por outro lado, o padrão de qualidade regula-se por uma extrema

mediocridade nascida na busca desenfreada pelo consumo rápido, pelo apelo à velocidade da deglutição mercadológica (OLIVEIRA e BARTHOLO JR., 2009, p. 56)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação foi conduzida uma análise de duas obras representativas da literatura distópica, **1984** e **Fahrenheit 451**, na qual se procurou evidenciar particularidades de cada autor, dentro dos objetivos apresentados, ao exporem suas reflexões sobre os sentimentos que os deixavam perplexos face aos rumos que a humanidade estava trilhando.

Ao traçar um panorama histórico a respeito da FC, vertente literária na qual o gênero distópico se insere, foi apresentada uma conceituação na qual se destacou o seu surgimento e as primeiras manifestações literárias. Isto posto, foram elencadas considerações a respeito de utopia e distopia, para melhor explicitar e contextualizar o *corpus* escolhido, como também sobre aspectos de memória e linguagem, que são os pontos destacados por esta pesquisa nas respectivas obras.

Ainda que George Orwell e Ray Bradbury pertencessem a sociedades distintas que, naquele momento sócio-histórico-cultural, possuíam interesses diferentes, vários pontos em comum podem ser observados nas duas obras. O controle do estado sobre a vida das pessoas, que vigia todas as suas atitudes e, em **1984**, pretende chegar até mesmo ao pensamento, é o ponto central, pois que ambas se referem a sistemas de governos totalitários que detém o poder. Neste controle sem precedentes são usadas todas as estratégias possíveis, o que culmina com ações que buscam alcançar a memória dos personagens e mascaram a história, apresentando um mundo no qual as situações mais improváveis são corriqueiras, como a alteração do passado na obra de Orwell e a queima de livros pelos bombeiros em Bradbury.

Os personagens principais, Winston e Montag, questionam o papel que desempenham na sociedade e ambos trabalham para órgãos que são representações do governo. As personagens femininas Julia e Clarisse são responsáveis pela subversão de ambos, respectivamente. São elas que os desviam de suas vidas apáticas e resignadas, conduzindo-os, a questionarem de fato suas existências e a terem atitudes proibidas que seriam passíveis de severas punições se descobertas, o que efetivamente aconteceu com os dois.

As figuras de poder, que materializam a máquina estatal, possuem também seus representantes nas duas obras. Em Orwell o personagem O'Brien exerce uma função

burocrática de alto escalão do Partido e também participa das sessões de tortura contra aqueles que não estão de acordo com o sistema. Em Bradbury é o Capitão Beatty quem personifica o estado, representando a autoridade e o poder e sendo responsável pela inquisição literária já que, além de participar, ele conduz as buscas à procura de livros e da sua queima com voracidade. O que, entretanto, destaca-se nestes dois personagens, é o fato de que ambos são pessoas com um alto grau de erudição e demonstram ter um grande conhecimento sobre literatura. Beatty inclusive recita trechos de livros e O'Brien conversa a respeito de literatura com Winston em alguns momentos.

Em **1984** a estrutura social, política e econômica é muito mais realista do que em **Fahrenheit 451**. Orwell expõe detalhes de toda a engrenagem do Partido, enquanto que isto não aparece na obra de Bradbury. O leitor é capaz de perceber o papel de O'Brien como sendo mais uma peça de engrenagem de toda a máquina estatal, mas o mesmo não acontece com Beatty. Quem daria as ordens aos bombeiros? Quem seriam os seus superiores? Estas questões não foram pormenorizadas pelo autor ao longo da narrativa.

O sentimento de estranhamento, de não fazer parte daquele mundo massificado é comum aos personagens Winston e Montag. E é este sentir-se diferente, ser um intruso em um mundo no qual se percebe os absurdos e paradoxos, que desencadeia toda a contestação e transformação pela qual eles passarão. E cada um dos autores construiu para seus protagonistas aquilo que acreditavam estar de acordo com o momento sócio-histórico no qual estavam inseridos. Orwell, em uma Europa devastada pelas guerras, não deu chances a Winston que, ao final do livro, acaba como mais uma peça do sistema, sem querer algum, totalmente massificado e entregue às ordens do Partido. Bradbury, por sua vez, inserido em uma sociedade americana na qual o avanço da ciência e da tecnologia era cada vez maior, mostra um mundo perto de uma guerra nuclear, mas Montag consegue atingir seu objetivo. Ele salva-se da perseguição e do sistema do Capitão Beatty e alcança as margens do rio, que tem na sua simbologia um recomeço, um renascer. Então ele se encontra com outros resistentes, que são marginalizados e que formavam comunidades que se propunham a conservar a memória dos livros, decorando-os. Ele passa a integrar esta sociedade de literatos, na qual cada indivíduo decora um livro e ele, então, passa a ser o Eclesiastes.

Tanto Orwell quanto Bradbury teceram suas críticas ao modo como as tecnologias de comunicação estavam crescendo e o espaço que estavam ocupando na sociedade assim como ao abuso de poder pelos sistemas totalitários. A maneira de cada um expor suas colocações é diferente, mas a preocupação com o futuro da humanidade e os rumos que ela tomaria é

comum aos dois e serve de reflexão para a sociedade atual, na qual os aparatos tecnológicos estão presentes como em nenhuma outra época na vida do homem.

As distopias literárias **1984** e **Fahrenheit 451** apresentam muitas possibilidades de análise para outras pesquisas, visto que a cada trecho lido, e por vezes relido, são percebidos aspectos em comum entre elas e vários pontos de reflexão sobre o que é apresentado. O objetivo destas obras não é apenas apresentar um futuro sombrio, sem perspectivas para a humanidade. Booker discorre sobre esta vertente literária com maestria e ressalta a sua importância ao tecer suas considerações e afirmar que

dystopian thought can serve as a valuable corrective to this tendency, and therefore should be thought of as working with rather than against utopian thought. In the final analysis, the most important contribution of dystopian thought may be to provide opposing voices that challenge utopian ideals, thus keeping those ideals fresh and viable and preventing them from degenerating into dogma. By taking dystopian fiction seriously and by using the dystopian impulse as a focal point for polyphonic confrontations among literature, popular culture, and social criticism we as readers can contribute to this challenge, which is ultimately a positive one. Indeed, it may be that dystopian warnings of impending nightmares are ultimately necessary to preserve any possible dream of a better future (BOOKER, 1994, p. 177)¹⁶.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁶ O pensamento distópico pode servir como um corretivo valioso para esta tendência e, portanto, deve ser pensado em termos de trabalhar com, e não contra o pensamento utópico. Em uma análise final, a contribuição mais importante do pensamento distópico pode ser a de fornecer vozes que se opõem aos ideais utópicos, mantendo, assim, esses ideais frescos e viáveis e impedindo-os de se degenerarem em dogmas. Ao se levar a ficção distópica a sério e usando o impulso distópico como um ponto focal para confrontos polifônicos entre literatura, cultura popular e crítica social, como leitores podemos contribuir para este desafio, que é, em última análise uma forma positiva. Na verdade, pode ser que os avisos distópicos que impedem os pesadelos são, em última análise necessários para preservar qualquer sonho possível de um futuro melhor (Booker, 1994, p.s 177).

ALCANTARA, Luana Rafaela e IVANO, Rogério. Totalitarismo e literatura: a distopia de George Orwell em 1984. Revista **Terra e Cultura**: cadernos de ensino e pesquisa. Londrina: Unifil, 2011. Disponível em: <
http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/3/467_668_publipg.pdf
 f>. Acesso em: 30 mar. 2012.

ALLEN, L David. **No mundo da ficção científica**. Trad. Antônio Alexandre Faccioli. São Paulo: Summus Editorial. 1974.

AMIS, Kingsley. **New maps of hell**. London: New English Library, 1960.

BAKER, Robert S. The modern dystopia: Huxley, H. G. Wells, and Eugene Zamyatin. In: BAKER, Robert S. **Brave new world: history, science and dystopia**. Boston: Twayne Publishers, 1990, p. 36-45.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Albero Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Utopia, distopia e história. Revista **Morus – Utopias e Renascimento**. 2005. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/~berriel/morus.htm>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BITTENCOURT, Renato Nunes. As utopias negativas e a normatividade da disciplina social. **Revista de ciência política**. Número 43. Janeiro/Dezembro 2010. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/43/renato_43.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BOOKER, M. Keith. **Dystopian literature: a theory and research guide**. London: Greenwood Press, 1994.

_____. **The dystopian impulse in modern literature: fiction as social criticism**. London: Greenwood Press, 1994.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2003.

CAUSO, Roberto de Souza. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil: 1875-1950**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 338p.

CUNHA, Fausto. **A ficção científica no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial. 1974.

_____. As distopias de George Orwell. **Revista Cult**, São Paulo, n. 71, p. 48-55, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A ficção científica, imaginário do mundo contemporâneo: uma introdução ao gênero**. Niterói: Vício de Leitura, 2003.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FARRELL, Jeanette. **A assustadora história das epidemias: pestes epidemias**. Trad. Mauro Silva. São Paulo: Ediouro, 2002.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, Luciano Steinbach. **Fahrenheit 451, de Ray Bradbury e de François Truffaut: da alienação pós-moderna à oralidade homérica**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2005.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **Memória e verdade nas distopias literárias**. IV SEAD - Seminário de estudos em análise do discurso. Porto Alegre, Nov. 2009. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/CarolinaDantasDeFigueiredo.pdf>. Acesso em 18 out. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos o breve século XX 1914 – 1991** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KOPP, Rudinei. **Comunicação e mídia na literatura distópica de meados do século 20: Zamiatin, Huxley, Orwell, Vonnegut e Bradbury**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et all. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, Robson. **História cultural, sociedade do espetáculo e fabricação da memória: uma leitura memorial de Fahrenheit 451, de Bradbury e Truffaut**. **Cadernos de pesquisa em educação**. Vitória: UFES, 2010.

MARSHALL, Lauren. We – a dystopian novel. In: **The utopian impulse**. Disponível em: <http://exploringutopia.weebly.com/the-rise-of-dystopia.html>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MORE, Thomas. **A utopia**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural. 2004.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e memória: algumas observações. In: _____ 2009. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012. (dúvida em relação à esta citação, não encontrei todos os elementos)

MOYLAN, Tom. **Scraps of the untainted sky**. Colorado: Westview Press, 2000.

NETO, Ricardo Bonalume. Crítica da razão ortodoxa. **Revista Cult**, São Paulo, n. 71, p. 56-62, 2003.

NOGUEIRA, Rute Persice. **Anti-utopia: o apocalipse na ficção científica**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, UERJ, Rio de Janeiro, 1983.

OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de e BARTHOLO JR., Roberto dos Santos. Palavra e memória nos homens-livros de Fahrenheit 451: a literatura de ficção científica e a contemplação das ruínas do futuro. **Revista de Letras**, Vitória da Conquista: Edições UESB, 2009.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. Uso da memória e do esquecimento na História. In: **Literatura e autoritarismo: o esquecimento**. Santa Maria: UFSM, 2002. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html>>. Acesso em: 30 jun. 2012. ISSN 1679-849 X.

PAES, José Paulo. Por uma literatura brasileira de entretenimento (ou: O mordomo não é o único culpado). In: PAES, José Paulo **A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 25-38.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: Pierre Achard et all. In: **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

RADFAHRER, Luli. **A importância da ficção científica**. Folha de São Paulo: São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.consecti.org.br/artigos/artigo-a-importancia-da-ficcao-cientifica/>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RANGEL, Luiz Aloysio Mattos. Entre livros e televisão: ambigüidades históricas em Fahrenheit 451. **Comunicação, modernidade e arquitetura**. São Paulo: PUC, 2012.

ROBERTS, Adam. **Science fiction**. London: Routledge, 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, Alexander Meireles. **Literatura inglesa para brasileiros: curso completo de cultura e literatura inglesa para estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2006.

_____. **Sobrevivendo no inferno**: contra-narrativas utópicas nas distopias de Margaret Atwood e Octavia E. Butler. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UERJ, 2003.

_____. **O admirável mundo novo da república velha**: o nascimento da ficção científica brasileira no começo do século XX. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Literatura, UFRJ, 2008.

SILVA NETO, João Gomes; SILVA, Ana Luiza Gonçalves. **Transdisciplinaridade e teoria geral da administração: uma aula diferente**. Revista Borges. Vol. 01, n. 01, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaborges.com.br/index.php/borges/article/viewFile/13/21>>. Acesso em 30 out. 2011.

SILVA, Sérgio Amaral. Entre o engajamento e a sátira. **Revista Cult**, São Paulo, n. 71, p. 41-48, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Teoria da literatura de massa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. (Biblioteca Tempo Brasileiro; 49)

TAVARES, Bráulio. **O que é ficção científica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia**. Trad. Denise Bottmann e Tomás Rosa Bueno. Companhia das letras: São Paulo, 1971.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Debates; 14)

UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2003.

